



**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO
CURSO TÉCNICO EM
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE AO
ENSINO MÉDIO**

REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Prof. Dr. Marcelo Knobel

COORDENADORA GERAL DA UNIVERSIDADE

Profa. Dra. Teresa Dib Zambon Atvars

DIRETORA EXECUTIVA DE ENSINO PRÉ-UNIVERSITÁRIO

Profa. Teresa Celina Meloni Rosa

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO TÉCNICO DE LIMEIRA

Prof. José Roberto Ribeiro

DIRETOR ASSOCIADO

Prof. José Alberto Matioli

DIRETORA ACADÊMICA

Profa. Susy Mary Aparecida Bertagna Jacintho

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Prof. César Donizetti Bazana

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Profa. Regiane Aparecida Emiliano Potenza

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO CURSO

Formou-se um Grupo de Trabalho para elaboração do Projeto Político-Pedagógico com os seguintes membros, designados pela Portaria COTIL-17/2019:

Profa. Ms. Susy Mary Aparecida Bertagna Jacintho

Profa. Regiane Aparecida Emiliano Potenza

Prof. Dr. André Albino de Almeida

Prof. Ms. Murilo França Tabosa

Profa. Ms. Camila Fraisoli

Profa. Elaine Jóia Carvalho Brito

Profa. Priscila Keli de Lima Pinto Frizzarin

Profa. Dra. Tânia Basso

Ms. Aline Serpeloni Aleixo Ferreira

SUMÁRIO

1. Identificação da Instituição	6
2. Missão	6
3. Visão.....	6
4. Objetivo Geral.....	6
5. Perfil do aluno egresso	6
6. Meta	7
7. Princípios.....	7
8. Valores	7
9. Histórico institucional	7
10. Histórico do campus e sua caracterização	8
11. Proposta Político-Pedagógica	14
11.1 Introdução.....	14
11.2 Apresentação.....	18
12. Justificativa e demanda de mercado.....	20
13. Objetivo do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas	25
14. Perfil profissional de conclusão do Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	27
15. Requisitos e forma de acesso	28
16. Legislação de referência	28
17. Organização curricular	30
17.1 Identificação do curso	31
17.2 Estrutura curricular.....	32
17.3 Ementas	32
18. Metodologia	38
19. Avaliação da aprendizagem	39
19.1 Processo de Avaliação	40
19.2 Processo de Promoção.....	41
19.3 Processo de Recuperação.....	42

19.4 Retenção	43
20. Trancamento.....	43
21. Conselho de Classe.....	43
22. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	44
23. Estágio supervisionado.....	45
24. Projeto integrador	45
25. Critérios de aproveitamento de estudos.....	46
26. Dispensa de disciplina	46
27. Atividades de pesquisa	46
28. Atividades de extensão.....	47
29. Internacionalização	47
30. Apoio ao discente	48
31. Avaliação do curso.....	49
32. Ações inclusivas	49
33. Equipe de trabalho.....	49
33.1 Departamento de Informática.....	49
33.1.1 Docentes da Formação Profissional	50
33.1.2 Docentes da Parte Diversificada Obrigatória.....	51
33.2 Corpo técnico-administrativo.....	52
34. Instalações e equipamentos	53
34.1 Infraestrutura física	53
34.2 Laboratórios.....	54
34.2.1 Laboratório do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas....	54
35. Biblioteca	55
36. Acessibilidade	55
37. Referências Bibliográficas.....	56
38. Modelos de Certificados e Diplomas.....	56

1. Identificação da Instituição

NOME: COLÉGIO TÉCNICO DE LIMEIRA

SIGLA: COTIL

NATUREZA JURÍDICA: autarquia estadual

VINCULAÇÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CNPJ: 46.068.425/0001-33

ENDEREÇO: Rua Paschoal Marmo, 1888 – Jardim Nova Itália – Limeira/SP

CEP: 13484-332

TELEFONE: (19) 2113-3303

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: www.cotil.unicamp.br

ENDEREÇO ELETRÔNICO: cotil@cotil.unicamp.br

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei Estadual nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962; autorizado a ser instalado e a entrar em funcionamento pela Resolução C.E.E. no 46/66 e Deliberação C.E.E. no 12/70, Diário Oficial de 29.01.1972, página 21.

2. Missão

Desenvolver as competências do educando para que se torne um cidadão capaz de superar, de forma crítica, ética e criativa, os desafios do mundo globalizado, interagindo com segurança na sociedade.

3. Visão

Ser reconhecido como uma unidade de ensino engajada e comprometida com a comunidade e em sintonia com o mercado de trabalho, para formar cidadãos capazes de superar de forma crítica, ética e criativa, os desafios do mundo globalizado, interagindo com segurança na sociedade.

4. Objetivo Geral

Proporcionar ao educando formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e exercício consciente da cidadania.

5. Perfil do aluno egresso

O perfil de aluno almejado é de um profissional que possa atuar com competência e precisão nas diversas áreas de formação dos Colégios, tanto na aplicação do conhecimento técnico como no prosseguimento do estudo científico. Busca-se a formação de um profissional atualizado, com visão crítica, pautada pela multidisciplinaridade, pelo raciocínio lógico e pelo método científico. Além de um cidadão

ético e preparado para seguir os estudos na academia, pretende-se formar profissionais versáteis, conscientes e responsáveis, com visão de futuro e perfil integrador, inovador e criativo para a identificação e resolução de problemas, com atuação empreendedora, colaborativa e abrangente no atendimento às demandas do mundo do trabalho e da sociedade.

6. Meta

Continuar expandindo o número de vagas, criando cursos e promovendo educação profissional para atender à sociedade, a fim de que o educando participe do mercado de trabalho com uma profissão que supra a demanda da comunidade e região. Dessa forma, a UNICAMP abrange uma faixa maior da população, contribuindo para o bem-estar social e econômico.

7. Princípios

Oferecer as melhores condições para o exercício ético da educação.

8. Valores

Responsabilidade, ética, honestidade e solidariedade.

9. Histórico institucional

O Colégio Técnico de Limeira, da Universidade Estadual de Campinas, COTIL, foi criado pela Lei Estadual nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, e autorizado a ser instalado e a entrar em funcionamento pela Resolução C.E.C. nº 46/66 e Deliberação C.E.E. nº 12/70, Diário Oficial de 29/01/72, página 21. A instalação se deu em 24 de abril de 1967, dia em que se comemora seu aniversário. Inicialmente recebeu o nome de Colégio Técnico e Industrial de Limeira, tendo como sua mantenedora a Universidade Estadual de Campinas. Iniciou seu funcionamento nas instalações do Ginásio Estadual Industrial Trajano Camargo de Limeira e em 1973 passou para as novas instalações no atual *campus* de Limeira da UNICAMP. Ministrando educação geral e preparando para o exercício de atividades especializadas de nível médio, oferecia inicialmente os cursos de Máquinas e Motores, Edificações e Estradas. O curso técnico de Enfermagem foi criado em 17 de setembro de 1974 e, em 24 de dezembro de 1974, alterou-se a denominação do curso de Máquinas e Motores para Mecânica. Em 1991, foi autorizado o curso técnico de Agrimensura, em substituição ao curso de Estradas, com início em 1992. Em 1991, também criou-se o curso técnico de Processamento de Dados, que passou a se denominar Informática em 2000. Em 1994, foi criado o curso técnico de Qualidade e Produtividade, o primeiro da América Latina.

A partir de 2005, adequou-se ao Decreto 5154/2004, Parecer CNE/CEB 39/2004, e ofereceu os cursos técnicos concomitantes ao Ensino Médio ou subsequentes a quem já tenha concluído o Ensino Médio ou o esteja cursando (art. 1º, art. 4º). A partir de 2007, ofereceu o curso técnico de Enfermagem, em 02 anos, para egressos do Ensino Médio ou que o estejam cursando a partir da 2ª série.

Atualmente, forma técnicos em Edificações, Enfermagem, Geodésia e Cartografia, Informática, Mecânica e Qualidade, os quais se inserem no mercado de trabalho com segurança. Também oferece o Ensino Médio, preparando os alunos para o vestibular, com a qualidade UNICAMP.

Com a proposta do Novo Ensino Médio, pautado no Plano Nacional de Educação - PNE; Lei nº 13.415/2017; Resolução CNE/CP nº 4/2018 (Base Nacional Comum Curricular – BNCC-EM); Resolução MEC/CNE/CEB nº 3/2018 e Catálogo Nacional de Cursos; o COTIL oferecerá, a partir de 2020, os cursos técnicos de Edificações, Enfermagem, Desenvolvimento de Sistemas, Geodésia e Cartografia, Mecânica e Qualidade nas modalidades integrado e concomitante/subsequente ao Ensino Médio.

10. Histórico do *campus* e sua caracterização

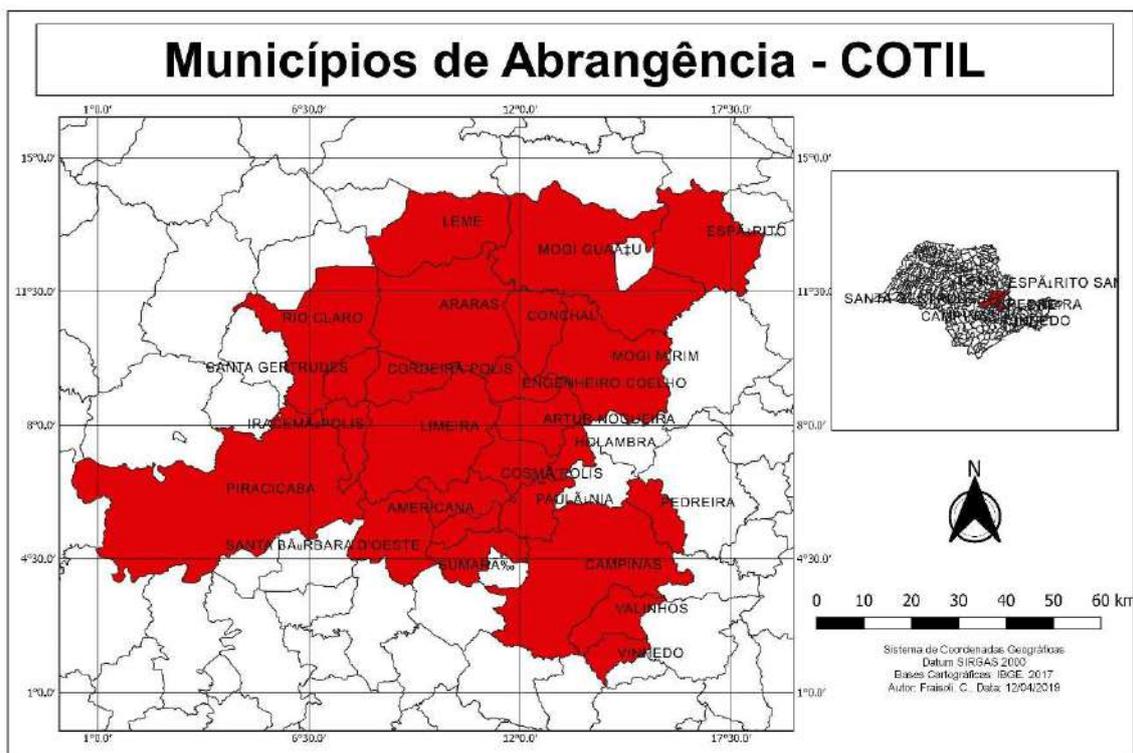
O prédio do Colégio no *campus* I da UNICAMP, em Limeira, foi inaugurado em 9 de setembro de 1973. O *campus* era administrado pela Faculdade de Engenharia de Limeira - FEL, criada em 1969, e abrigava as duas unidades, a Faculdade, responsável pelo curso de Engenharia Civil e pelos cursos superiores de Tecnologia, e o COTIL, responsável pelos cursos técnicos. Em 1989, a Faculdade de Engenharia de Limeira foi transferida para o *campus* Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, em Campinas, e então foram instituídos o Centro Superior de Educação Tecnológica - CESET, que passou a responder pelos Cursos Superiores de Tecnologia, e a Coordenadoria da Planta Física. Esta passou a administrar os serviços comuns do *campus* (restaurante universitário, cantina, ajardinamento, vigilância, telefonia, estacionamentos, veículos, oficinas de manutenção, consumo de água e energia, gráfica, conservação e manutenção dos edifícios, das instalações elétricas e hidráulicas, e da praça de esportes). Em 2009, o CESET iniciou a implantação da pós-graduação com o Mestrado em Tecnologia e, no mesmo ano, passou a chamar-se Faculdade de Tecnologia. Em 2018, a estrutura da Planta Física foi incorporada à Secretaria de Administração Regional - SAR, que atua na gestão dos *campi* de Limeira e Piracicaba.

O *campus* I é composto por um conjunto de edifícios que atende às áreas administrativas e acadêmicas das unidades de ensino e órgão instalados. Além das salas e laboratórios, o *campus* oferece também restaurante universitário, cantina, praça esportiva, ambulatório médico-odontológico e biblioteca.

O Colégio Técnico de Limeira – COTIL, localiza-se no município de Limeira, estado de São Paulo, estando distante cerca de 148 Km da capital São Paulo. A cidade faz parte da região administrativa de Campinas, e da mesorregião do município de Piracicaba (Prefeitura de Limeira, 2019).

O Colégio, que já completa 52 anos, atende alunos oriundos não apenas de Limeira, mas também de cidades da região metropolitana de Campinas e da mesorregião de Piracicaba. Ao todo são 25 municípios atendidos pelo COTIL, sendo eles: Limeira, Campinas, Piracicaba, Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Leme, Conchal, Cosmópolis, Cordeirópolis, Holambra, Artur Nogueira, Nova Odessa, Santa Gertrudes, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Vinhedo, Sumaré, Paulínia, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Iracemápolis, Araras, Rio Claro, Pedreira e Valinhos. Abaixo, segue o mapa de localização dos municípios.

Mapa 1 – Mapa de Localização do Municípios de Abrangência do COTIL



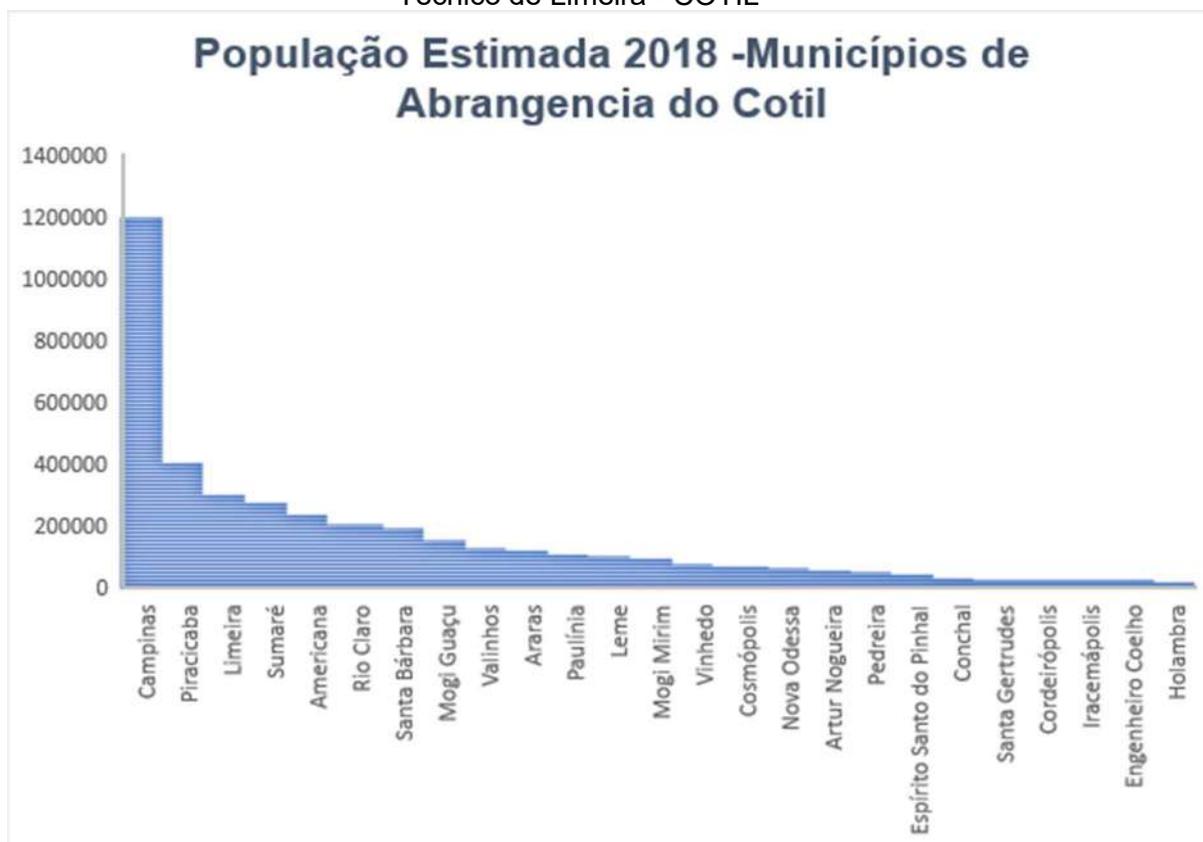
Autor: FRAISOLI, 2019

Para compreender melhor as características da região de abrangência do COTIL, foram levantados dados sociais, econômicos, de educação e saúde de todos os municípios relacionados acima, sendo assim possível realizar um estudo preliminar sobre seus alunos e sobre suas potencialidades e necessidades.

Partindo de dados oficiais do IBGE, obtidos do último CENSO de 2010 ou dos dados da PNAD, podemos observar que os municípios da região de abrangência do

Colégios contam com um número de população absoluta variado, sendo o município de Campinas o mais populoso (gráfico 1):

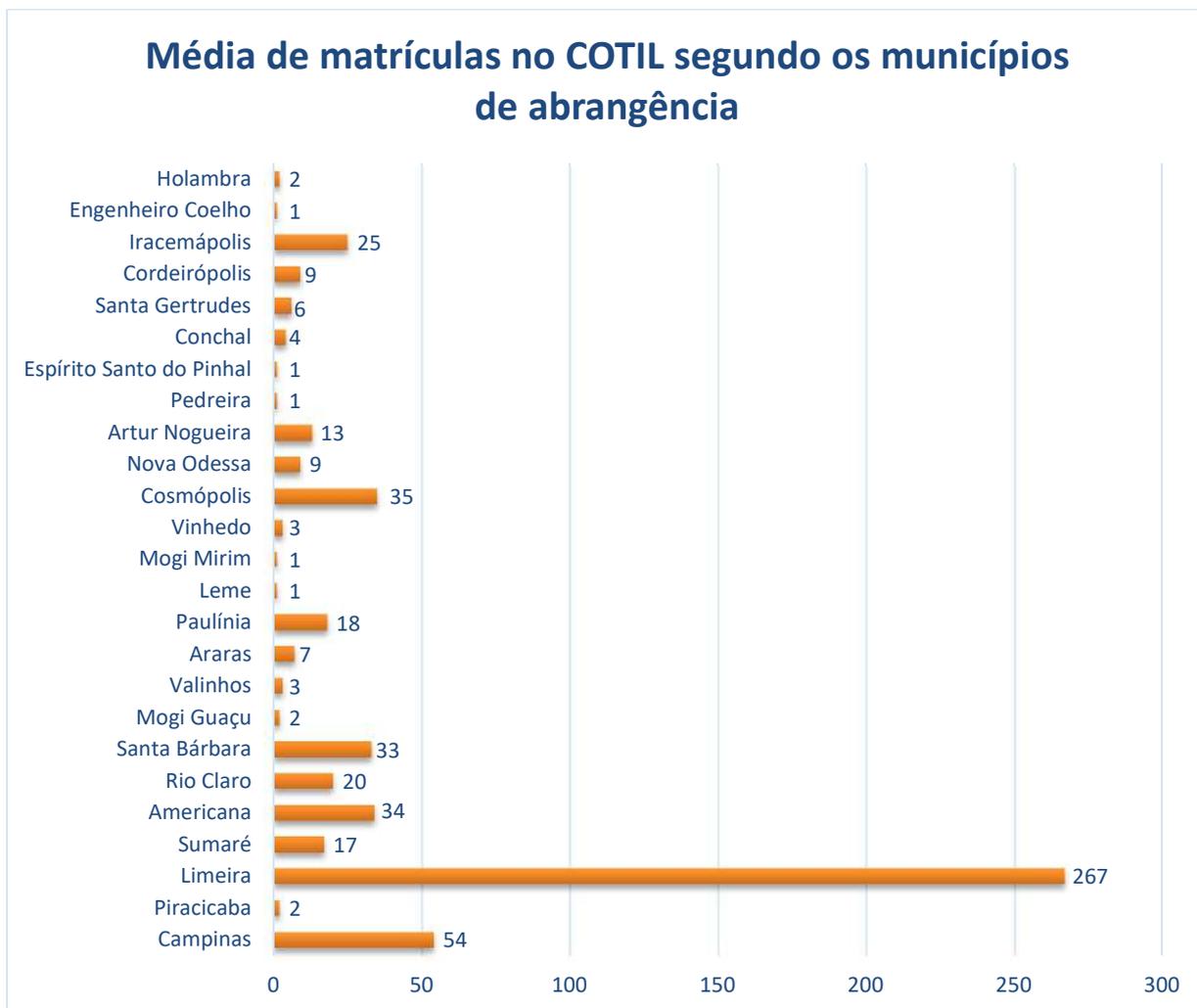
Gráfico 1 – População estimada 2018 - Municípios de abrangência do Colégio Técnico de Limeira - COTIL



Fonte: IBGE, 2019

Apesar de Campinas ser o município mais populoso da região de abrangência do Colégio, o município que proporcionalmente apresenta o maior número de alunos matriculados é Limeira, conforme demonstrado no gráfico abaixo (Gráfico 2). Por esse motivo, o COTIL é considerado uma das principais escolas de Limeira, não apenas pelo número de alunos matriculados, mas também por seu papel nas áreas sociais e econômicas do município.

Gráfico 2 - Média de matrículas no COTIL segundo os municípios de abrangência, período de 2014 a 2018

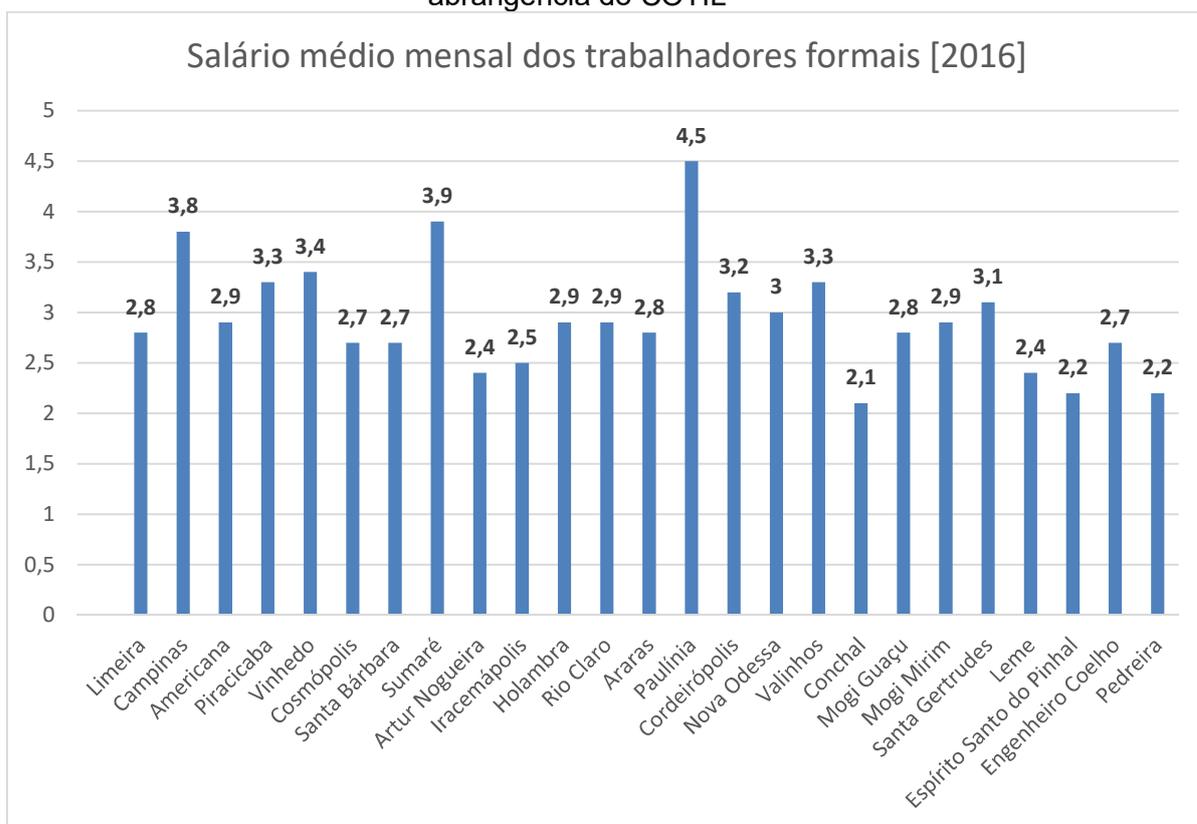


Fonte: Colégio Técnico de Limeira, 2019

Os municípios analisados apresentam grande diversidade econômica e social, com grandes disparidades de renda salarial, PIB *per capita* e nível de desemprego, conforme demonstrado nos gráficos a seguir. Essa diversidade aponta para a necessidade e para a importância da qualificação técnica e profissional para o desenvolvimento dos municípios.

No gráfico 3, abaixo, é possível analisar uma clara disparidade entre o nível salarial de alguns municípios da área de abrangência do COTIL. Os dados de Renda Média Mensal, em salários mínimos, apontam que, enquanto alguns municípios, como Paulínia e Sumaré, apresentam uma média de até 4 salários mínimos por habitante, outros municípios, como Engenheiro Coelho, Leme, Conchal e Araras, têm salários médios por habitantes que não ultrapassam 3 salários mínimos.

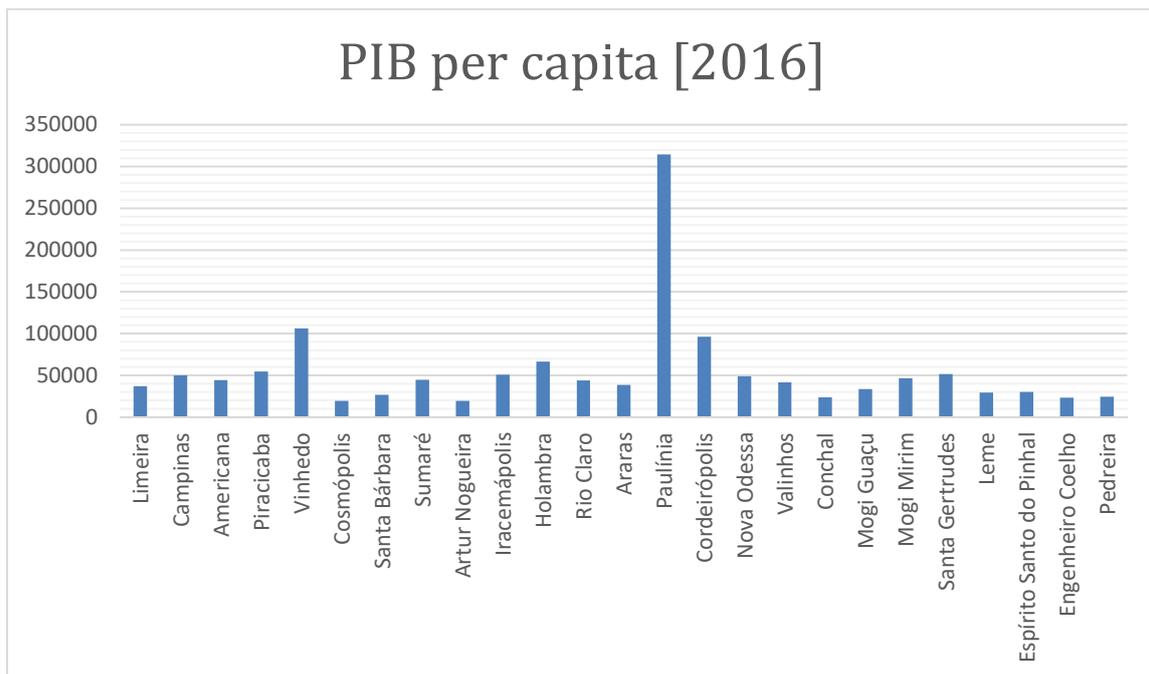
Gráfico 3 – Renda média mensal, em salários mínimos, dos municípios da área de abrangência do COTIL



Fonte: IBGE, 2019

Em contra partida, ao se analisar o PIB *per capita* da população, que representa a renda anual do município dividida pelo número de habitantes, é possível verificar que não necessariamente o município com as piores ou melhores rendas salariais representam os com piores ou melhores *PIBs per capita*, como são os casos de Vinhedo, Campinas e Holambra (Gráfico 4). A partir do PIB *per capita*, é possível analisar o grau de desenvolvimento ou capacidade de geração de riquezas de um país ou município.

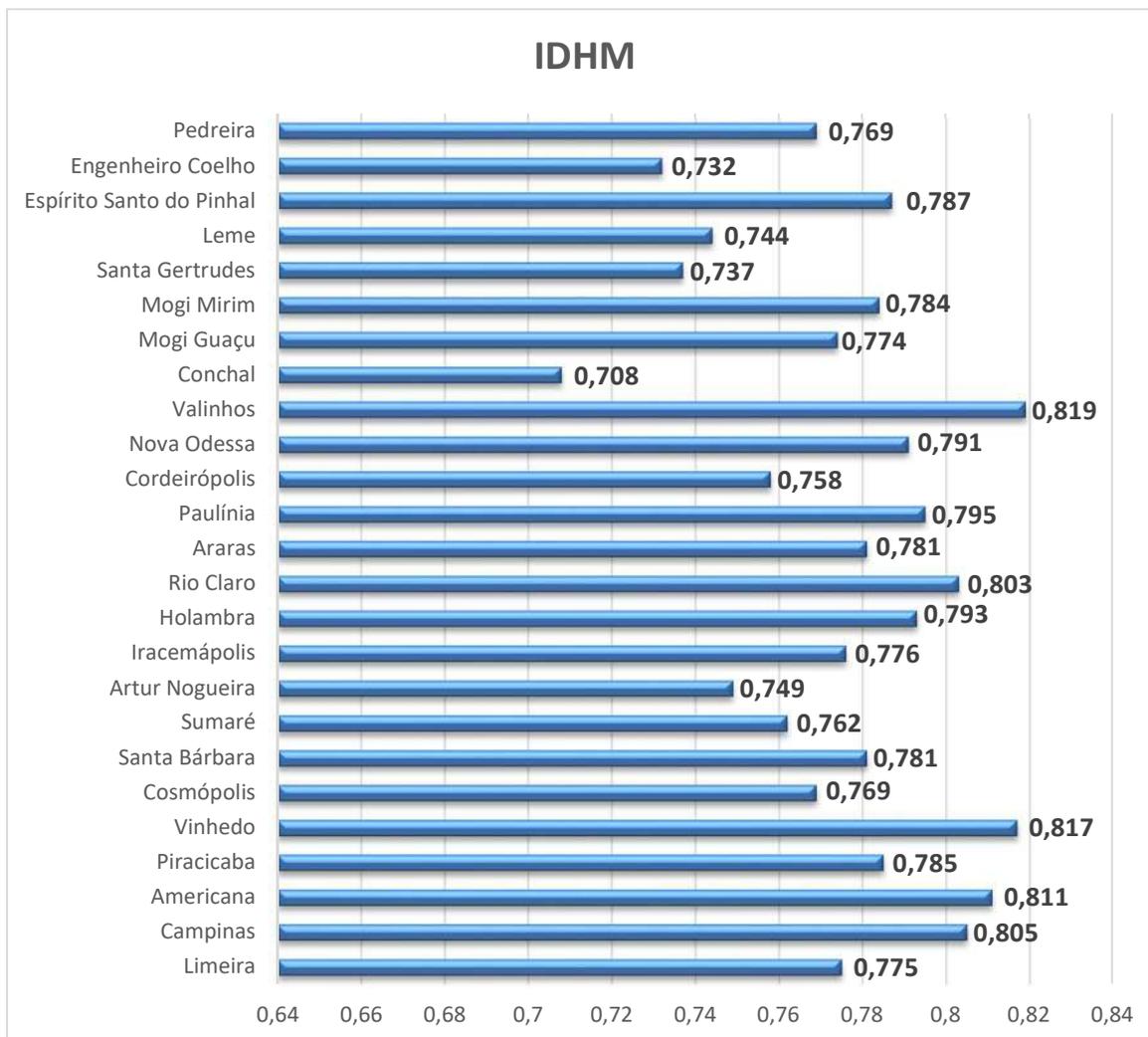
Gráfico 4 – PIB *per capita* dos municípios da área de abrangência do COTIL



Fonte: IBGE, 2019

Outro dado que ajuda na compreensão das características econômicas e sociais dos municípios da área de abrangência do COTIL é o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Esse índice é o resultado da análise de três conjuntos de dados: o PIB *per capita* do município, a escolaridade (mais particularmente o grau de analfabetismo da população) e a longevidade (expectativa de vida média da população). O IDH dos municípios da área de abrangência do COTIL está representado no gráfico abaixo (gráfico 5).

Gráfico 5 - Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDHM) (2010)



Fonte: IBGE, 2019

É possível compreender, a partir da análise dos dados, que não necessariamente o município com melhores PIBs *per capita* são municípios com bom IDH. Paulínia, por exemplo, que apresenta alto PIB em decorrência da renda oriunda da REPLAN, e das médias salariais mais elevadas, não apresenta o mesmo desempenho em seu IDH, ou seja, as taxas de escolaridade e longevidade do município ainda não são ideais. Paralelamente, municípios como Campinas, Americana, Vinhedo, Valinhos e Rio Claro apresentam um alto Índice de Desenvolvimento Humano, apontando para melhores condições de vida para seus habitantes.

11. Proposta Político-Pedagógica

11.1 Introdução

O processo de desenvolvimento econômico de um país está diretamente

atrelado ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista internacional, bem como a particularidades históricas de cada Estado. Assim, para compreender as características sociais e econômicas do Brasil, devemos estudar seu desenvolvimento histórico, iniciado em meados do século XVI. Nesse período, o território brasileiro foi colonizado por Portugal, que implantou um sistema colonial de exploração, determinando o papel de dependência do país na divisão internacional do trabalho.

Esse papel de dependência segue por um longo tempo, uma vez que, enquanto as nações europeias passam a se industrializar a partir do século XVIII, o Brasil só inicia um processo semelhante em 1950, com a chamada industrialização tardia. A industrialização tem papel fundamental no processo de desenvolvimento do sistema capitalista. Grande parte do sistema educacional dos países europeus só se desenvolve de fato após a Revolução Industrial, uma vez que era fundamental, primeiro, a formalização do ensino e a formação de mão de obra qualificada para empresas e, segundo, a construção de identidades nacionais e institucionalização da ideia de Estado-nação.

No Brasil, o processo de desenvolvimento do sistema educacional de fato ganha contorno a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas. A partir dessa década, o país passa por profundas mudanças sociais e econômicas, com o processo de substituição de importações, constituição de empresas estatais, e processo de urbanização e conseqüente êxodo rural. Frente a esse cenário, era primordial que a educação formal do Brasil se institucionalizasse, criando um sistema nacional que previa, entre outros aspectos, a instrumentalização da mão de obra do país.

Frente às grandes transformações pelas quais passava o Brasil, o governo Vargas promove uma série de medidas voltadas para a educação do país, sendo a mais significativa a Reforma Francisco Campos. Entre as principais mudanças, temos a regulamentação dos estabelecimentos particulares de ensino, a organização do ensino secundário, com a instituição de 5 anos seriados, organizados por idade, além da organização de currículos, com ênfase em ciências exatas e técnicas (ALVES, 2009).

Em 1942, ocorre uma nova reforma do ensino, conhecida como Reforma Capanema, determinando a criação do SENAI, a divisão do ensino secundário em ginásio, com duração de quatro anos, e colégio, subdividido em clássico e científico. Em 1961, é promulgada a Lei nº. 4.024, estabelecendo as Diretrizes de Bases da Educação Nacional. A nova LDB estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário a todas as crianças com mais de 7 anos; determinava a liberdade da iniciativa privada para atuarem em todos os níveis de educação; criava o Conselho Federal de Educação, o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização.

Ainda que as mudanças legais sejam importantíssimas para o desenvolvimento

da educação do país, grande parte do território nacional contava com uma imensa população de analfabetos, principalmente nas regiões mais distantes dos centros urbanos nacionais, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Mesmo após a industrialização do Brasil, este continua desempenhando um papel de dependência frente ao comércio internacional, exportando *commodities* e importando produtos industrializados e de alta tecnologia. Entre as décadas de 1960 e 1970, o país tem um acelerado crescimento, principalmente com a vinda de multinacionais do setor automobilístico. Esse processo impulsiona o crescimento do país, mas, posteriormente, se mostra pouco sustentável, criando uma grave crise social e econômica na década de 1980.

No final da década de 1980, o processo de redemocratização do país, atrelado a determinadas políticas neoliberais do final da década de 1990, insere o Brasil no processo de globalização e mundialização do capital. A necessidade de modernizar a economia brasileira tornava urgente uma reformulação do sistema educacional do Brasil, inserindo a Lei de Diretrizes Básicas da Educação de 1996. Com essa nova LDB, diversas mudanças são inseridas no sistema, tais como: gestão democrática do ensino público; ensino fundamental obrigatório e gratuito, núcleo comum para o currículo do ensino fundamental e médio; formação de docentes para atuar na educação básica em curso de nível superior etc.

Em todos os países desenvolvidos, duas realidades são determinantes para seu papel de domínio na divisão internacional do trabalho: primeiro, políticas de desenvolvimento econômico que permitem a existência de menores índices de desigualdade social e maior desenvolvimento da qualidade de vida da população, e, segundo, programas educacionais universais e de qualidade que se preocupam com a formação não apenas profissional, mas também humanística de seus cidadãos.

Pensando na realidade brasileira, a inserção da população no Ensino Universitário, bem como na Educação Profissionalizante, colaboraria para reduzir as desigualdades sociais historicamente produzidas no país, bem como conduzir a um processo de desenvolvimento e modernização do Brasil.

Com o viés de praticidade e de absorção contínua pelo mercado de trabalho, os cursos técnicos despontam como alternativa na formação emergencial de mão de obra. Com duração de dois anos, a qualificação prepara profissionais para atividades que exigem uma formação específica e com conhecimentos técnicos, estando acima de uma formação básica de nível médio e não exigindo uma formação tão ampla como o ensino superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB de 1996, já previa a articulação dos sistemas de educação para a oferta dessa modalidade de ensino,

evidenciando as necessidades de constante diálogo entre a formação de mão de obra e o futuro empregador.

Na filosofia da Educação, há as mais diversas correntes, sendo algumas delas defensoras da educação como ferramenta de conscientização e de racionalização dos indivíduos, tornando-os capazes de optar por suas escolhas, sendo protagonistas sociais, usando uma pedagogia crítica e questionadora de preceitos e práticas para se alcançar uma reflexão acerca do meio em que o indivíduo está inserido e provocar mudanças. Outras correntes, no entanto, se mostram mais voltadas para o processo de educação como uma ferramenta de capacitação, oferecendo ao indivíduo os conhecimentos necessários para o domínio de habilidades que o encaminharão para o seu futuro, ou seja, uma educação de certo modo mais tecnicista e adestradora. Entende-se, portanto, que optar por qualquer um dos lados é um equívoco.

Está claro que, em pleno século XXI, a educação deve conjugar diferentes concepções e métodos, sem deixar a formação de mão de obra limitar-se a uma prática mecanicista. Deve-se oferecer ao indivíduo uma educação direcionada tanto para sua formação humana como para o mercado de trabalho, preparando-o para as diversas situações com que ele se deparará no decorrer de sua vida.

O que se percebe na atualidade é uma crescente tendência de se formar mão de obra preparada para um mercado cada vez mais exigente. Assim, é urgente inserir o país no processo de modernização do capital e na chamada Revolução Industrial 4.0, capacitando profissionais com habilidades e competências diversificadas e, nesse cenário, o ensino técnico é capaz de oferecer a formação direcionada para o mercado de trabalho.

Nesse cenário de transformação internacional do mercado de trabalho, o Ministério da Educação instituiu a nova Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), a partir da Resolução Nº 4, DE 17 de dezembro de 2018, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

A nova BNCC – EM estabelece que os currículos escolares devem, obrigatoriamente, oferecer uma formação geral básica, organizada nas seguintes áreas do conhecimento: I - Linguagens e suas Tecnologias; II - Matemática e suas Tecnologias; III - Ciências da Natureza e suas Tecnologias; IV - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A nova BNCC-EM estabelecida após a LDB, em função da Lei nº 13.415/2017, também determina que a formação geral básica deve ser oferecida de forma indissociável com os chamados itinerários formativos.

Segundo a BNCC-EM, os itinerários formativos são o ponto de inflexão da proposta, uma vez que flexibilizam o ensino médio, dando ao educando opções de

escolha para o seu próprio aprendizado. Os itinerários podem ser estruturados baseados em uma área específica do conhecimento, com ênfase em algumas habilidades e competências específicas, e/ou em uma formação técnica e profissional.

A valorização e incentivo à formação profissional é um dos pontos centrais da nova BNCC, que entende a necessidade de oferecer um ensino focado nas diversidades culturais, sociais e econômicas do território nacional, em consonância com as transformações nacionais e internacionais do mercado de trabalho.

Diante das mudanças inseridas na nova BNCC e nas transformações nacionais e internacionais, fica evidente que o conhecimento torna-se necessário e indispensável, como forma de valorização do nosso país, da economia e do aluno, além da construção da qualificação de cidadãos conscientes do coletivo, da crítica, da solidariedade e da ética.

A equipe do COTIL, formada por docentes, funcionários e direção, tem-se mostrado capaz de responder satisfatoriamente a todos esses anseios e compromissos na construção de uma sociedade composta por profissionais com ética e capacidade de transformação.

11.2 Apresentação

O Colégio Técnico de Limeira, fundamentado em seu Regimento Escolar e amparado nos preceitos legais, norteia-se por princípios filosóficos educacionais, por referenciais sociológicos e psicológicos educacionais, por linhas e princípios de atuação, missão, visão, metas pedagógicas e objetivos que visam continuamente à melhoria da qualidade do ensino e se compromete com a função social da escola: formar o cidadão pleno.

Oferece cursos nos períodos diurno e noturno, para atender à comunidade local e da região. Investe constantemente na modernização dos laboratórios e na revisão e atualização dos planos de cursos. Obteve o primeiro lugar no ENEM (das escolas públicas de Limeira) nos últimos anos, pois incentiva o raciocínio e a capacidade de aprender. Além disso, tem conquistado medalhas de ouro, prata e bronze nas olimpíadas de Matemática, Física, Língua Portuguesa, e grande êxito no acesso ao ensino superior. O Colégio também estimula o potencial artístico do aluno, tendo o COTIL ARTE como maior evento artístico-cultural com repercussão regional e incluído no calendário de eventos oficiais da cidade, por lei aprovada pela Câmara Municipal, de autoria do Vereador Professor José Farid Zaine, realizando sua premiação no Teatro Vitória.

Faz parte de seu projeto estar em sintonia com a missão da UNICAMP, nas linhas de ensino, pesquisa e extensão. Prepara o aluno para o prosseguimento de

estudos e habilita-o para o exercício de uma profissão técnica, isto é, nossa educação vincula-se ao mundo do trabalho e à prática social.

O COTIL alicerça-se na concepção de contribuir efetivamente na busca de soluções criativas que desencadeiam mudanças significativas na construção de uma sociedade mais justa, com igualdade para todos.

Empenha-se em preparar o educando para:

- aprender a conhecer;
- aprender a fazer;
- aprender a viver;
- aprender a ser.

Em seus fundamentos legais, a proposta pedagógica expressa que:

- é pertinente ao Projeto Político-Pedagógico e suas funções afins;
- é compromissada com a realidade escolar, para que flua uma concepção de ser humano, de sociedade e de mundo;
- é realização pedagógica, originária da Instituição, refletindo os ideais educativos da escola;
- reflete a autonomia da escola e indica a direção de soluções dos problemas educacionais;
- é a prática educacional inerente à convivência social, escolar e comunitária;
- integra e consolida conhecimentos, envolvendo o Ensino Médio e cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- respeita os saberes do educando, quanto à criatividade, à praticidade, à estética, à ética, à identificação cultural.

O currículo de nossa escola contempla conteúdo e estratégias de aprendizagem que capacitem o aluno para a vida em sociedade, a atividade produtiva e experiências subjetivas. Adota as conclusões da UNESCO como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea, por isso:

- favorece o desenvolvimento da curiosidade intelectual, estimula o senso crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição da autonomia na capacidade de discernir ;
- garante o aprender a aprender, passaporte para a educação permanente;
- privilegia a aplicação da teoria na prática;
- incentiva a realização de projetos comuns para que os alunos aprendam a viver solidariamente;
- reconhece que a educação deve estar comprometida com o desenvolvimento total da pessoa;

- exercita a liberdade de pensamento, o discernimento, o sentimento e a imaginação para desenvolver os talentos do aluno, possibilitando-lhe permanecer dono do seu próprio destino;

- revigora a integração e articulação dos conhecimentos, num processo de contextualização e de interdisciplinaridade.

O modelo pedagógico proposto para a educação profissional fundamenta-se na formação do cidadão atuante na sociedade, preparando-o e integrando-o no mundo do trabalho, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades que levam ao aprendizado da contextualização interdisciplinar e transdisciplinar, para torná-lo cidadão hábil no exercício da profissão escolhida.

Além disso, o Colégio oferece aos alunos:

- oficinas (Artes, Escrita Científica, Química, entre outras);
- atividades extracurriculares (projetos acadêmicos, iniciação científica, treinamento desportivo e aulas de Mandarim);
- simulados (de avaliação, de Redação, do Vestibular e do ENEM);
- palestras interdisciplinares;
- semanas temáticas;
- visitas técnicas a feiras nacionais, teatros, exposições artísticas e parques;
- bolsas-auxílio (Social, Transporte e Alimentação);
- bolsas PADEMT/Programa de Apoio Didático ao Ensino Médio e Técnico (monitoria);
- participação em campanha de vacinação;
- participação em competições esportivas - estaduais e municipais;
- realização de jogos interclasses;
- participação em eventos culturais;
- participação em olimpíadas (Matemática, Física, Língua Portuguesa, entre outras);
- atendimento com monitores para revisão de aulas;
- reuniões de pais e mestres.

12. Justificativa e demanda de mercado

São Paulo é o estado mais industrializado e desenvolvido das unidades federativas da união. Esse fato explica-se pelo seu desenvolvimento diferenciado, que, ao longo de sua história, contou com um processo capitalista mais dinâmico, garantindo o crescimento industrial e urbano do estado.

Diferente de outros estados brasileiros, que começam a se industrializar apenas

após as décadas de 1940 e 1950, São Paulo iniciou seu processo ainda na década de 1920, em decorrência de alguns fatores específicos, sendo eles: a produção cafeeira; o desenvolvimento de ferrovias e a dinamização do transporte e do comércio; a entrada de imigrantes italianos; a acumulação primitiva e o desenvolvimento de pequenas e médias indústrias; além de um maior mercado consumidor. Assim, São Paulo possui não apenas uma das maiores e mais dinâmicas cidades brasileiras, mas também uma densa malha urbana, com 645 municípios.

Grande parte dos municípios paulistas apresenta alto grau de desenvolvimento e industrialização, com parques industriais amplos e diversificados. Municípios como Campinas, Guarulhos, São Carlos, São José dos Campos, Ribeirão Preto destacam-se por seu alto grau de urbanização e industrialização, com níveis de desenvolvimento superiores aos de algumas capitais brasileiras.

O desenvolvimento do estado de São Paulo está diretamente ligado aos setores agropecuários e industriais. Porém, como aponta a fundação SEADE (2019), o setor que mais cresce nele atualmente é o de serviços, que conta com um diversificado ramo de empresas e áreas de atuação. Na série de gráficos abaixo, é possível verificar que, no setor agropecuário, a participação no PIB apresentou sucessivas quedas entre 2008 e 2015, mas que o setor apresenta uma recuperação após 2015 (ver gráfico abaixo).

Gráfico 6 – Participação dos Setores da Economia no PIB do Estado de São Paulo



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação Seade, 2019.

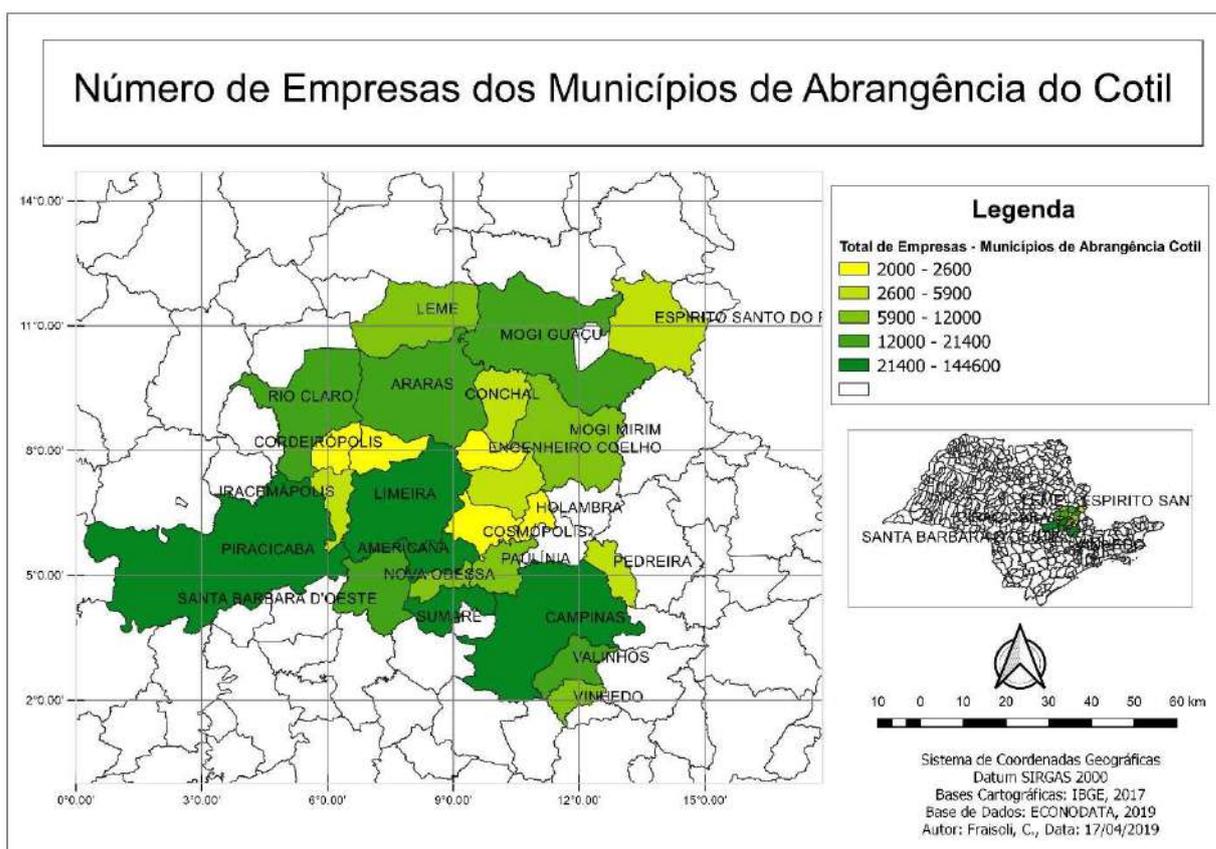
Observa-se que o setor industrial apresenta acentuada queda em sua participação no PIB do estado de São Paulo, principalmente após 2012. Embora tenha ocorrido uma breve melhoria em 2015, o setor continua apresentando baixo desempenho. Esse resultado está relacionado a vários fatores, entre eles à crise internacional de 2008, à crise nacional de 2015, à falta de políticas de incentivo ao setor, bem como aos entraves estruturais brasileiros, como infraestrutura deficitária e baixa qualificação da mão de obra. Já o crescimento do setor de serviços obedece a uma tendência do mercado internacional, com o crescimento do número de atividades

diferenciadas do setor terciário.

A região geográfica onde se localiza o Colégio Técnico de Limeira – COTIL abrange 25 municípios, que se situam na região metropolitana de Campinas e na mesorregião de Piracicaba. Assim como outras regiões paulistas, essa região apresenta um grau de desenvolvimento econômico diversificado, com municípios que se destacam economicamente, enquanto outros apresentam uma relativa dependência de outras cidades.

Um dos indicadores do grau de desenvolvimento da região é o número de empresas registradas nos municípios da área de abrangência do COTIL. As empresas cadastradas na região apresentam variadas Classificações Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE), indicando um nível elevado de desenvolvimento. O mapa 2 relaciona o número total de empresas (independente do CNAE) em cada município da área de abrangência do COTIL.

Mapa 2 – Número Total de Empresas dos Municípios de Abrangência do COTIL



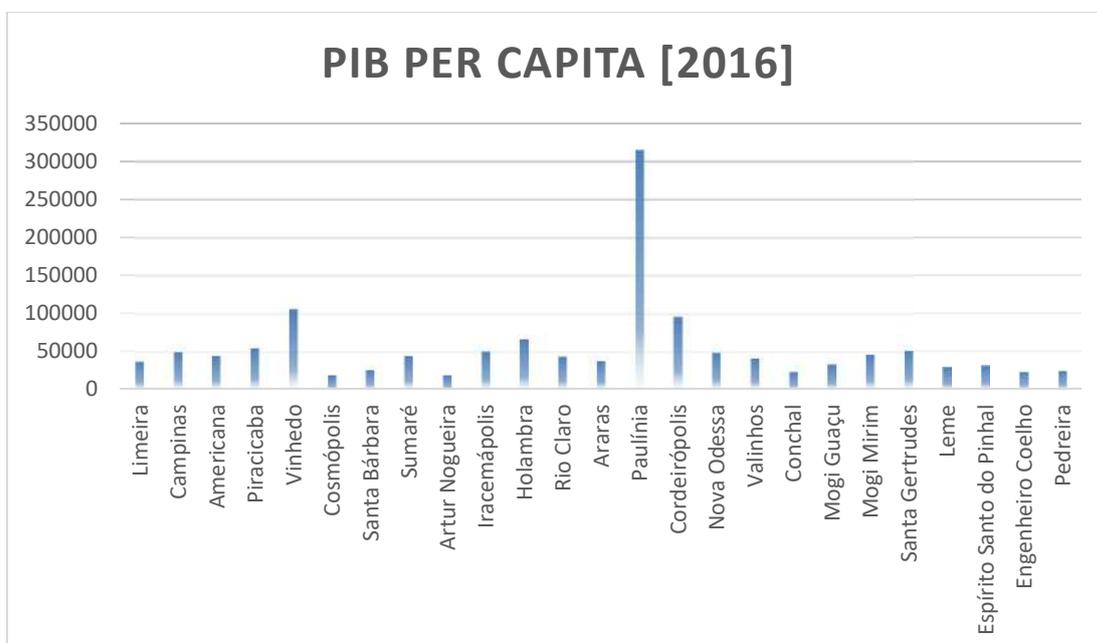
Autor: FRAISOLI, 2019.

Como demonstrado no mapa, municípios maiores e com maior população, como Campinas, Piracicaba e Limeira, tradicionalmente apresentam maior número de

empresas. Mas, mesmo cidades menores, como Rio Claro, Valinhos e Americana, podem também ser considerados municípios com alto grau de industrialização e desenvolvimento. O elevado índice de industrialização dos municípios da região de Limeira impõe a esta um forte dinamismo econômico, fato evidenciado também pelo número de instituições de ensino público, como os dois *campi* da Unicamp localizados no município – a Faculdade de Tecnologia e a Faculdade de Ciências Aplicadas.

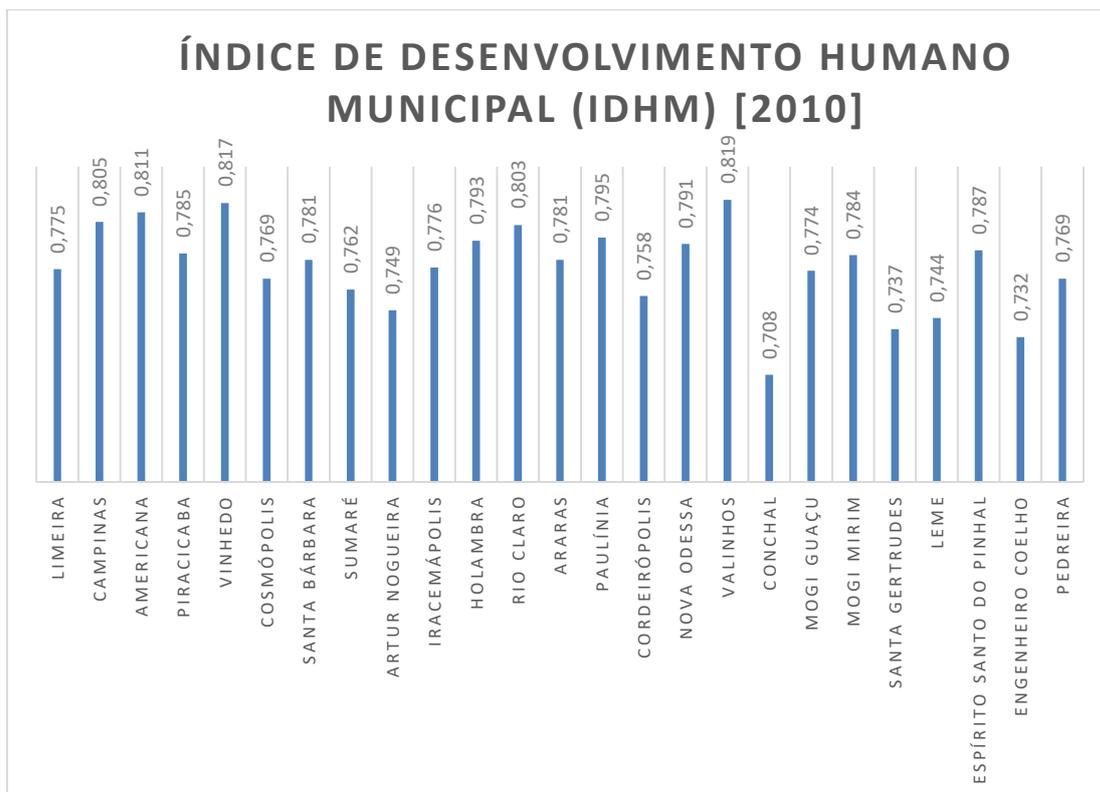
O dinamismo econômico dos municípios analisados também pode ser evidenciado nos seus dados de PIB e IDH. Ainda que alguns municípios apresentem números considerados baixos (se comparados a outros lugares do país), a média *per capita* das cidades que abrangem a região de Limeira pode ser considerada de média a alta (gráficos 7 e 8).

Gráfico 7 – PIB per capita – Municípios de abrangência do COTIL



Fonte: IBGE 2019

Gráfico 8 – Índice de Desenvolvimento Humano – Municípios de abrangência do COTIL



Fonte: IBGE 2019

O desenvolvimento diferencial dos municípios da região de Limeira, o crescimento do setor de serviços, as transformações atuais do mercado de trabalho e a crescente demanda por qualificação profissional evidenciam a importância de cursos técnicos, como os oferecidos pelo COTIL. Cada curso conta com equipe profissional qualificada, e desenvolve práticas e competências necessárias para atuar no mercado de trabalho.

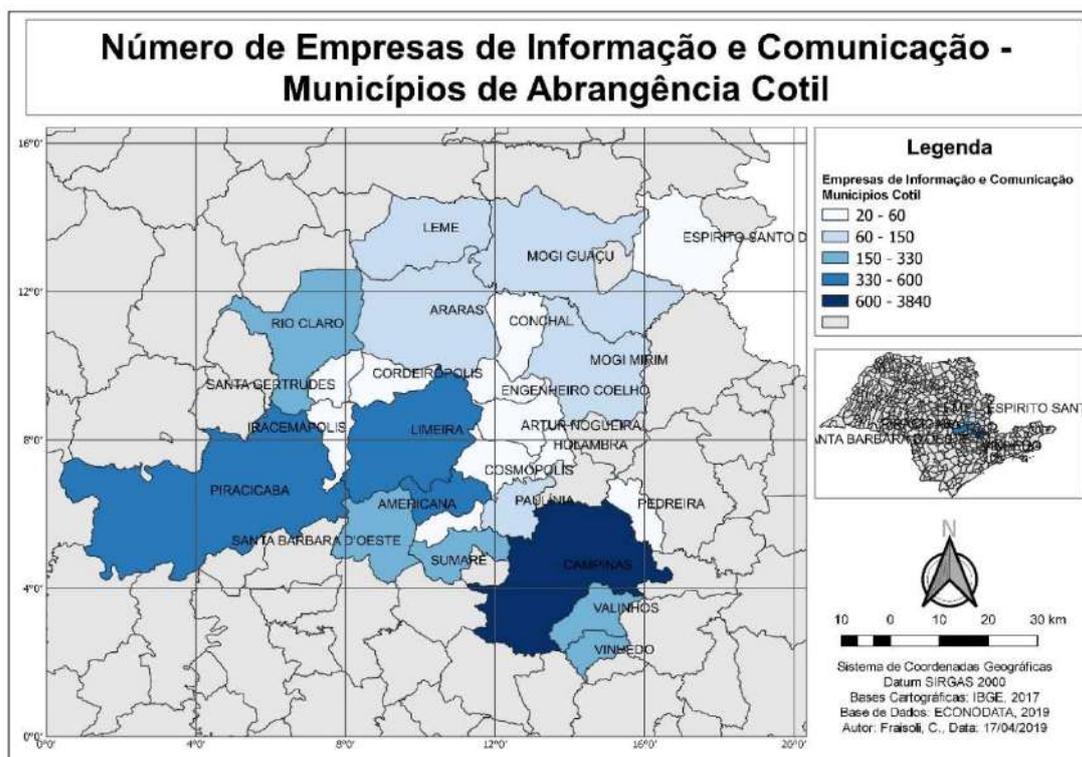
O desenvolvimento dos meios técnicos científicos e informacionais tornam a evolução de novas tecnologias de informática cada vez mais dinâmica. O dinamismo do mercado exige a formação e capacitação de profissionais cada vez mais flexíveis, criativos, e com uma sólida formação técnica e domínio de metodologias de desenvolvimento de aplicações computacionais.

O curso de Desenvolvimento de Sistemas oferecido pelo Colégio possibilita a formação de profissionais que se adaptam às constantes evoluções tecnológicas, atuando sempre de forma criativa e crítica. O curso enfatiza o desenvolvimento de software integrando as diversas plataformas computacionais.

Analisando o mercado de trabalho para o setor de informática, podemos concluir que os municípios de abrangência do COTIL apresentam grande disponibilidade de

empresas na área de informática e computação, como é possível analisar no mapa 3:

Mapa 3 – Número de empresas de Informação e Comunicação dos municípios de abrangência do COTIL



Autor: FRAISOLI, 2019.

Analisando o mapa, é possível notar que, ainda que alguns municípios menores não tenham um desenvolvimento abrangente do setor, outros municípios mais industrializados, como Campinas, Piracicaba, Limeira, Americana, Rio Claro, apresentam uma grande disponibilidade no setor. O alto número de empresa de informação e comunicação nesses municípios está relacionado ao processo de formação de tecnopolos, ou seja, municípios com grande desenvolvimento de universidades, centros de pesquisa e empresas de alta tecnologia.

O curso de Desenvolvimento de Sistemas se encaixa nesse processo de formação de tecnopolos, colaborando inclusive para o crescimento e a evolução da cidade de Limeira e dos municípios vizinhos, formando profissionais capazes de atuar no mercado de trabalho atual, bem como possibilitando a produção científica no setor.

13. Objetivo do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas

A sofisticação das tecnologias contemporâneas e o dinamismo acentuado da área demandam uma formação profissional sólida e flexível no campo da Informática para que o profissional possa avançar em consonância com a evolução e a rapidez

inerentes a essa área. É de fundamental importância que a formação do técnico priorize as técnicas e metodologias de desenvolvimento de aplicações computacionais, para que o aluno se adapte facilmente à evolução tecnológica, não se restringindo apenas a uma ou outra linguagem de programação ou ferramenta que estejam em evidência no momento.

O curso enfatiza o desenvolvimento de software integrando as diversas plataformas computacionais.

São objetivos do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas:

- qualificar, profissionalizar e atualizar o educando, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho;

- capacitar o educando para a atuação especializada no desenvolvimento de sistemas para que:

- ✓ apresente visão empresarial e noções básicas sobre gestão e modelagem de negócios;

- ✓ mantenha-se atualizado e compartilhe conhecimentos em tecnologia;

- ✓ saiba integrar seus conhecimentos individuais para atingir as metas estabelecidas para a equipe;

- ✓ domine as bases tecnológicas de programação, estrutura de dados e bancos de dados;

- ✓ saiba interpretar especificações de sistemas;

- ✓ possua conhecimentos de bancos de dados cliente/servidor e linguagem de consulta;

- ✓ seja capaz de desenvolver aplicações nas mais diversas plataformas e linguagens;

- apresentar ao educando desenvolvimento em plataforma de hardware e software livre;

- utilizar os serviços e funções de sistemas operacionais diversos;

- compreender as estruturas lógicas e físicas dos ambientes de redes;

- ler e compreender textos técnicos escritos em língua inglesa, para alicerçar seu desempenho profissional;

- ter proficiência no uso da língua portuguesa para elaboração e apresentação de documentos técnicos;

- assistir à equipe técnica no planejamento, orientação, execução e supervisão das atividades técnicas;

- proporcionar ao educando as necessárias condições de assumir consciência de si próprio e da realidade em que está inserido, para que realize opções conscientes, objetivas e responsáveis, num processo de conscientização social, caminhando para a

maturidade individual, social e profissional;

- proporcionar ao profissional técnico em Desenvolvimento de Sistemas as necessárias complementações que lhe possibilitarão aprofundar seu conhecimento teórico prático nas diversas áreas da informática, especialmente em desenvolvimento de sistemas;

- levar o aluno a desenvolver postura autodidata para “aprender a aprender”.

14. Perfil profissional de conclusão do Técnico em Desenvolvimento de Sistemas

O Técnico em Desenvolvimento de Sistemas estará apto a aplicar seu potencial adquirido de maneira criativa, com senso ético, buscando inovações e desenvolvendo software para as mais diversas áreas do mercado. Deverá ser capaz de desenvolver aplicações desktop, web e para dispositivos móveis através dos métodos de análise, projeto e programação envolvendo modelagem e acesso a banco de dados, além de realizar testes em programas de computador. Deverá deter conhecimentos que lhe permitam utilizar e disponibilizar a tecnologia, além de compreender o contexto histórico e cultural da utilização da informática como fator de modificação da sociedade, portando-se como um profissional que contribua para o trabalho em equipe, somando seu conhecimento, sempre na perspectiva da melhoria e excelência dos serviços nas mais diversas áreas.

O Técnico em Desenvolvimento de Sistemas estará apto a:

- aplicar seu potencial adquirido de maneira criativa, com senso ético, buscando inovações e compartilhando conhecimentos nas implantações de programas de melhorias;

- compreender a abrangência da utilização da informática, valorizando a aplicação de técnicas apropriadas, que garantem a excelência da aplicação das tecnologias;

- compreender sua contribuição para a consolidação de uma utilização ética da informática;

- deter conhecimentos que lhe permitam utilizar e disponibilizar a tecnologia em melhoria dos serviços nas mais diversas áreas;

- compreender o contexto histórico e cultural da utilização da informática como fator de modificação da sociedade, para que possa maximizar seus benefícios e minimizar seus prejuízos, portando-se como um profissional que contribua para o trabalho em equipe, somando seu conhecimento, sempre na perspectiva da melhoria dos serviços nas mais diversas áreas;

- desenvolver programas de computador, de acordo com as especificações e paradigmas das linguagens de programação;

- realizar testes de programas de computador desenvolvidos, mantendo registros que permitam análises e refinamento dos resultados;
- compreender e aplicar conceitos de algoritmo e orientação a objetos;
- compreender e aplicar técnicas de análise e projeto de sistemas orientados a objetos;
- compreender o funcionamento das estruturas de dados básicas;
- compreender e aplicar o processo de desenvolvimento de software.

15. Requisitos e forma de acesso

Serão oferecidas anualmente 40 vagas para ingresso no curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas concomitante/subsequente ao Ensino Médio, período noturno. O candidato deverá ter concluído, no ato da matrícula, o Ensino Fundamental ou equivalente, devendo apresentar o Certificado e respectivo Histórico Escolar e ter sido aprovado no Exame de Seleção.

Desde 2003, ocorre a descentralização do Exame de Seleção, realizado atualmente em 7 cidades da região: Limeira, Campinas, Americana, Araras, Cosmópolis, Piracicaba e Rio Claro.

Assim como a UNICAMP, que adotou cotas étnico-raciais no vestibular, os Colégios elaboraram uma proposta de implantação de cotas étnico-raciais e sociais para alunos oriundos de escolas públicas, já aprovada nas congregações locais e que segue em tramitação nas instâncias superiores.

16. Legislação de referência

Legislação da Universidade Estadual de Campinas

- Decreto nº 52.255/69, de 30 de julho de 1969 - Baixa os Estatutos da Universidade Estadual de Campinas e dá outras providências.
- Decreto nº 3.467/74, de 29 de março de 1974 - Baixa o Regimento Geral da Universidade Estadual de Campinas.
- Lei nº 7.655/62, de 28 de dezembro de 1962 - Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências.
- Deliberação CONSU-A-022/2016, de 29 de novembro de 2016 - Altera a Deliberação CONSU-A-015/1999 que dispõe sobre o Regimento Escolar do Colégio Técnico de Limeira.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

Plano Nacional de Educação

- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Conselho Nacional de Educação

- Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

- Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018 – Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, complementando o conjunto instituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

- Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008 - Institui o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

- Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012 - Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Conselho Estadual de Educação

- Deliberação CEE nº 162/2018 - Fixa diretrizes para a Educação Profissional Técnica de nível médio no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

Estágio Curricular Supervisionado

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.

- Deliberação CEE nº 87/2009 - Dispõe sobre a realização de estágio supervisionado de alunos do ensino médio, da educação profissional e da educação superior e dá providências correlatas.

17. Organização curricular

A constituição e organização escolar são estabelecidas pela Resolução nº 3/2018, que situa o Ensino Médio organizado em séries anuais, com carga horária mínima de 3.000 horas e período letivo de, pelo menos, 200 dias de efetivo trabalho escolar.

Com base no art. 35 da LDB, o Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- a participação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O currículo do Ensino Médio é composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerário formativo, a saber:

- Linguagens e suas Tecnologias: Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa;
- Matemática e suas Tecnologias: Matemática;
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Biologia, Física e Química;
- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Filosofia, Geografia, História e Sociologia;
- Formação Técnica e Profissional (art. 36 da LDB).

A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada e subsequente com o Ensino Médio (art. 36-B da LDB), observando os incisos do art. 4º do Decreto nº 5154/2004:

- I. “os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação”;
- II. “as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino” e;
- III. “as exigências de cada instituição de ensino, nos termos do seu projeto pedagógico”.

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio será concomitante (inciso I do art. 36-C da LDB): “oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando”.

17.1 Identificação do curso

Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas concomitante/subsequente ao Ensino Médio	
<i>Campus</i>	Limeira
Forma de oferta	presencial
Previsão de abertura do curso	2020
Período	noturno
Vagas anuais	40 vagas
Carga horária mínima obrigatória	1.320 horas
Carga horária optativa	540 horas
Duração da hora-aula	45 minutos
Duração anual	40 semanas / 200 dias letivos

O estudante do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas concomitante/subsequente ao Ensino Médio, modalidade presencial, que optar por realizar os componentes curriculares não obrigatórios ao curso, tais como o estágio supervisionado e/ou o trabalho de conclusão de curso, apresentará, ao final do curso, a seguinte carga horária:

Cargas horárias possíveis para o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas concomitante/subsequente ao Ensino Médio	Total de Horas
Carga horária mínima: componentes curriculares obrigatórios	1.320
Componentes curriculares obrigatórios + trabalho de conclusão de curso	1.500
Componentes curriculares obrigatórios + estágio supervisionado	1.680
Carga horária máxima: componentes curriculares obrigatórios + trabalho de conclusão de curso + estágio supervisionado	1.860

17.2 Estrutura curricular

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS COLÉGIO TÉCNICO DE LIMEIRA									
ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO									
Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação			Habilitação Profissional: Técnico em Desenvolvimento de Sistemas						
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	COMPONENTE CURRICULAR	AM*	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		TOTAL AULAS	TOTAL HORAS-AULA*	TOTAL HORAS
			AS*	CH*	AS*	CH*			
	Análise e Projeto de Sistemas de Informação	T / P	2	80			2	80	60
	Banco de Dados	T / P	3	120			3	120	90
	Desenvolvimento de Aplicação Desktop	T / P			3	120	3	120	90
	Desenvolvimento de Aplicação Web I	T / P	4	160			4	160	120
	Desenvolvimento de Aplicação Web II	T / P			3	120	3	120	90
	Desenvolvimento para Dispositivos Móveis	T / P			3	120	3	120	90
	Desenvolvimento para Sistemas Embarcados	T / P			2	80	2	80	60
	Informática	T / P	1	40			1	40	30
	Inovação e Empreendedorismo	T / P	1	40			1	40	30
	Linguagem de Programação Multiplataforma	T / P			4	160	4	160	120
	Lógica de Programação	T / P	5	200			5	200	150
	Projeto Integrador I	T / P	2	80			2	80	60
	Projeto Integrador II	T / P			3	120	3	120	90
	Sistemas Operacionais e Redes de Computadores	T / P	2	80			2	80	60
Tópicos em Tecnologia da Informação	T / P			3	120	3	120	90	
Sub-total Formação Profissional:			20	800	21	840	41	1.640	1.230
PARTE DIVER. OBRIGATORIA	Ética e Cidadania	T			1	40	1	40	30
	Inglês Técnico	T / P	2	80			2	80	60
Sub-total Parte Diversificada Obrigatória:			2	80	1	40	3	120	90
Carga horária total mínima obrigatória:							1.760	1.320	
TCC	Trabalho de conclusão de curso (optativo)						240	180	
Estágio	Estágio supervisionado (optativo)						480	360	
Carga horária total máxima:							2.480	1.860	

***LEGENDA:**

AM: abordagem metodológica (teórica, prática ou teórica-prática)
CH: carga horária anual (horas-aula)

AS: número de aulas semanais
Hora-aula: 45 minutos

17.3 Ementas

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ANÁLISE E PROJETO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Modelos de dados. Documentação de análise e projetos de sistemas. Técnicas de documentação de sistemas e programas. Documentação de sistemas e programas.

Bibliografia básica e complementar:

FURLAN, J. D. *Modelagem de objetos através da uml: análise e desenho orientados a objeto*. São Paulo: Makron books, 1998.

GUEDES, G. T. *UML 2 - Uma abordagem prática*. [S.I.]: Novatec Editora, 2018.

RUMBAUGH, J. et al. *Modelagem e projetos baseados em objetos*. [S.I.]: Campus Rio de Janeiro, 1994.

SILVA, N. P. d. *Análise e estruturas de sistemas de informação*. São Paulo: Érica, 2007.

BANCO DE DADOS

O modelo entidade-relacionamento. Conceitos de entidades, relacionamentos, atributos, chaves primárias e chaves estrangeiras. O modelo relacional e a normalização de tabelas. SQL.

Bibliografia básica e complementar:

ELMASRI, R. *Sistemas de banco de dados: fundamentos e aplicações*. [S.I.]: LTC, 2002.

FERRARI, F. A. *Crie banco de dados em MySQL*. [S.I.]: Universo dos Livros, 2007.

FRAGA, S. *Programando com Access 2000*. [S.I.]: Visual Books, 2000.

KORTH, H. F.; SILBERSCHATZ, A. *Sistemas de Bancos de Dados*. São Paulo. Ed. [S.I.]: Makron Books, 1999.

MACHADO, F. N. R. *Análise relacional de sistemas*. São Paulo: Editora Erica, 2001.

MYSQL. *Manuais do MySQL*. [S.I.], 2019. Disponível em: <<https://www.mysql.com>>

RANGEL, A. *MySQL: projeto, modelagem e desenvolvimento de banco de dados*. [S.I.]: Alta Books, 2004.

SILVA, L. C. da. *Banco de Dados para Web: do planejamento à implementação*. [S.I.]: Érica, 2001.

DESENVOLVIMENTOS DE APLICAÇÃO DESKTOP

Desenvolvimento de algoritmos através de divisão modular e refinamentos sucessivos. Linguagens e ambientes de programação. Aplicação de linguagens de programação no desenvolvimento de software. Avaliação de resultados de testes, integrar módulos; organizar atividades de entrada e saída de dados de sistemas de informação.

Bibliografia básica e complementar:

BEAULIEU, A. *Aprendendo SQL: Dominando os Fundamentos de SQL*. [S.I.]: Novatec Editora, 2010.

DAVIS, M. E.; PHILLIPS, J. A. *Aprendendo php e mysql*. Rio de Janeiro: A. Books, 2008. v. 12.

MYSQL. *Manuais do MySQL*. [S.I.], 2019. Disponível em: <<https://www.mysql.com>>.

PHP. *Manuais do PHP*. [S.I.], 2019. Disponível em: <<https://www.php.net/>>.

SOARES, W. *PHP 5: conceitos, programação e integração com banco de dados*. [S.I.]: Erica, 2006.

DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÃO WEB I

Conceitos sobre aplicações web/front-end e fundamentos de linguagens de programação como HTML e CSS, Javascript, frameworks e bibliotecas para esse fim.

Bibliografia básica e complementar:

RAMALHO, J. A. A. *Iniciando em HTML*. [S.I.]: Makron Books, 1996.

SIARTO, J.; WATRALL, E. *Use a cabeça! web design*. Rio de Janeiro: Starlin Alta, 2009.

Tutoriais de HTML, CSS, Javascript e JQuery obtidos em pesquisas na Internet.

DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÃO WEB II

Conceitos básicos sobre aplicações cliente/servidor. Fundamentos de uma linguagem de programação para desenvolvimento cliente/servidor. Interação entre aplicações na Web. Integração com banco de dados. Mecanismos de autenticação. Serviço de banco de dados e sua integração com outros serviços em rede.

Bibliografia básica e complementar:

ALVES, W. P. *Construindo uma Aplicação Web Completa com PHP e MySQL*. [S.I.]: Novatec Editora, 2017.

BEAULIEU, A. *Aprendendo SQL: Dominando os Fundamentos de SQL*. [S.I.]: Novatec Editora, 2010.

ESTROZI, L. F.; NETO, J. D. E. B.; BRUNO, O. M. *Programando para a internet com PHP*. [S.I.]: Brasport, 2010.

DAVIS, M. E.; PHILLIPS, J. A. *Aprendendo php e mysql*. Rio de Janeiro: A. Books, 2008. v. 12.

LOCKHART, J. *PHP Moderno: Novos recursos e boas práticas*. [S.I.]: Novatec Editora, 2015.

MYSQL. *Manuais do MySQL*. [S.I.], 2019. Disponível em: <<https://www.mysql.com/>>.

PHP. *Manuais do PHP*. [S.I.], 2019. Disponível em: <<https://www.php.net/>>.

SOARES, W. *PHP 5: conceitos, programação e integração com banco de dados*. [S.I.]: Erica, 2006.

DESENVOLVIMENTO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS

Visão geral das tecnologias móveis e sem fio. API de programação para dispositivos móveis e sem fio. Utilização de uma plataforma de programação para dispositivos móveis. Integração entre dispositivos móveis e Internet. Dispositivos móveis

e persistência de dados.

Bibliografia básica e complementar:

LECHETA, R. R. *Google Android - 3ª Edição: Aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com o Android SDK*. [S.l.]: Novatec Editora, 2013.

LOPES, S. *Aplicações mobile híbridas com Cordova e PhoneGap*. [S.l.]: Editora Casa do Código, 2016.

LEE, V.; SCHNEIDER, H.; SCHELL, R. *Aplicações móveis: arquitetura, projeto e desenvolvimento*. [S.l.]: Pearson Makron Books, 2005.

SILVA, M. S. *JQuery mobile*. São Paulo: Novatec, 2012.

DESENVOLVIMENTO PARA SISTEMAS EMBARCADOS

Conceitos de prototipação em plataforma de hardware e software livre, com equipamentos microcontrolados baseados no Arduino.

Bibliografia básica e complementar:

CAPUANO, F. G. *Elementos de eletrônica digital*. [S.l.]: Editora Saraiva, 2018.

FRIZZARIN, F. B. *Arduíno Prático: 10 projetos para executar, aprender, modificar e dominar o mundo*. São Paulo: Casa do Código, 2017.

_____. *NodeMCU: 15 passos para se tornar um mestre em IoT*. São Paulo: Casa do Código, 2019.

_____. *Arduino: Guia para colocar suas ideias em prática*. [S.l.]: Editora Casa do Código, 2016.

GARCIA, P. A.; MARTINI, J. S. C. *Eletrônica digital: teoria e laboratório*. [S.l.]: Érica, 2006.

GUSSOW, M. *Eletricidade básica: Coleção Schaum*. [S.l.]: Bookman Editora, 2009.

MONTEIRO, M. A. *Introdução À Organização de Computadores*. [S.l.]: Grupo Gen-LTC, 2000.

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Conceitos de inovação e empreendedorismo.

Bibliografia básica e complementar:

FIGUEIREDO, P. N. *Gestão da Inovação: conceitos, métricas e experiências de empresas no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

DRUCKER, P. F. *Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios*. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SALIM, C. S.; SILVA, N. *Introdução ao Empreendedorismo*; Rio de Janeiro: Campus, 2010.

INFORMÁTICA

Introdução ao ambiente Windows e Linux

Bibliografia básica e complementar:

AHMED, F. *Windows10 professional (english edition)*. [S.l.]: Arquivo Kindle, 2014.

SÁ, Y. *Introdução ao Linux e Guias Básicos de Operação*. [S.l.]: Arquivo Kindle, 2008.

LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO MULTIPLATAFORMA

Introdução ao desenvolvimento em linguagem de programação orientada a objetos. Tópicos avançados de programação orientada a objetos, construção de interface gráfica: polimorfismo, classe abstrata, interface, tratamento de exceções, arquivos, coleções. Desenvolvimento de aplicações utilizando banco de dados. Teste unitário.

Bibliografia básica e complementar:

BARNES, D. J.; KOLLING, M.; FURMANKIEWICZ, E. *Programação Orientada a Objetos com Java: uma introdução prática usando o BLUEJ*. 1ª ed. São Paulo: Pearson Education, 2004.

DEITEL, P. J.; DEITEL, H. M. *Java: como programar*. [S.l.]: Pearson Educación, 2008.

HORSTMANN, C. S.; CORNELL, G. *Core Java 2: fundamentos*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2005.

JANDL, Jr. P. *Java 5 guia de consulta rápida*. São Paulo: Novatec Editora, 2006.

LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO

Introdução à lógica de programação, linguagem algorítmica, variáveis e expressões aritméticas. Entrada e saída. Estruturas de controle sequencial, condicional e repetitiva e estruturas de dados.

Bibliografia básica e complementar:

ASCENCIO, A. F. G. *Lógica de programação com Pascal*. [S.l.]: Makron Books, 1999.

CELES, W.; CERQUEIRA, R.; RANGEL, J. *Introdução a Estruturas de Dados: com técnicas de programação em C*. [S.l.]: Elsevier Brasil, 2017.

FEOFILOFF, P. *Algoritmos em linguagem C*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FORBELLONE, A. L.V; Eberspache, H. F. *Lógica de programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados*. 3ª ed. São Paulo: Pearson, 2005.

MANZANO, J. A. N. *Algoritmos lógica para desenvolvimento de programação de computadores*. [S.l.]: Saraiva Educação SA, 2010.

MORAES, C. R. *Estruturas de Dados e Algoritmos: uma abordagem didática*. [S.l.]: Futura, 2003.

SALIBA, W. L. C. *Técnicas de programação: uma abordagem estruturada*. [S.l.]: Pearson Education do Brasil, 1992.

SISTEMAS OPERACIONAIS E REDES DE COMPUTADORES

Compreensão das estruturas lógicas e físicas dos ambientes de redes, protocolos e entendimento do endereçamento IP. Compreensão básica da estrutura interna dos sistemas operacionais como gerência de processos, gerência de processadores, gerência de memórias, gerência de dispositivos.

Bibliografia básica e complementar:

MORAIS, A. F. *Redes de Computadores: Fundamentos*. São Paulo: Érica, 2004.

SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P. B.; GAGNE, G. *Fundamentos de Sistemas Operacionais*. [S.l.]: Grupo Gen-LTC, 2000.

TANENBAUM, A. S.; FILHO, N. M. *Sistemas operacionais modernos*. [S.l.]: Prentice-Hall, 1995.

TORRES, G. *Redes de computadores*. [S.l.]: Novaterra Editora e Distribuidora LTDA, 2015.

TÓPICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Discussão de temas atuais em tecnologia da informação, de interesse para a formação do profissional da área, e que não foram incorporados aos conteúdos programáticos das demais disciplinas do curso.

Bibliografia básica e complementar:

REVISTA BRASILEIRA DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (RBIE). Brasil: SBC, 1997-2019

REVISTA DE INFORMÁTICA TEÓRICA E APLICADA (RITA). Rio Grande do Sul: UFRGS, 2010-2019.

REVISTA INFO EXAME. São Paulo: Editora Abril, 2010-2019.

PARTE DIVERSIFICADA OBRIGATÓRIA

ÉTICA E CIDADANIA

A partir do pensamento de Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Espinosa, Kant, Nietzsche e Sartre, discussão e análise da relação entre ética e organização política e social, ética e trabalho, ética e educação e ética e estética.

Bibliografia básica e complementar:

AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ESPINOSA, B. *Ética*. Trad. Tomaz Tadeu. São Paulo: Autêntica, 2009.

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1988.

MARCONDES, D. *Textos Básicos de Ética: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

NIETZSCHE, F. *Aurora*. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. *Genealogia da Moral*. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

_____. *O Nascimento da Tragédia*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

PLATÃO. *A República*. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004. _____

Fédon. Trad. Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. *Protágoras*. Trad. Daniel R. N. Lopes. Coleção Textos 19. São Paulo: Perspectiva, 2017.

_____. *Teeteto*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1973.

SARTRE. *A náusea*. Trad. Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. *O ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica*. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2003.

INGLÊS TÉCNICO

Desenvolvimento da comunicabilidade em Língua Inglesa e sensibilização dos alunos para os mecanismos de poder associados à língua na área técnica.

Bibliografia básica e complementar:

AGA, GISELE. *Upgrade – Estudo e Ensino I*. São Paulo: Richmond, 2010.

AMOS, E. & PRESCHER, E. & PASQUALIN ERNESTO. *Graded English*. Coleção Base. São Paulo: Ed. Moderna, 1996.

FRANCO C. e TAVARES K. *Way to go*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2016

MURPHY, Raymond. *English Grammar in Use*. Cambridge: New York: Cambridge University Press, 2000.

PRESCHER, E. & AMOS, E. *Simplified Grammar Book*. São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

18. Metodologia

A Metodologia consiste num conjunto de métodos fundamentados em pressupostos filosóficos que alicerçam um estudo particular e a autonomia de trabalho, partindo do princípio da individualidade e da formação diferenciada de cada docente e de sua capacidade de mobilizar e sensibilizar o outro à aprendizagem dos conteúdos dos componentes curriculares trabalhados por diferentes atividades pedagógicas.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 - LDB, os conteúdos e as metodologias serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades *on-line*.

Segundo a BNCC, a aprendizagem deve ser avaliada a partir de ações pedagógicas firmadas na seleção, produção, aplicação e avaliação dos recursos didáticos e tecnológicos

Dessa forma, a metodologia do trabalho pedagógico será diversificada, variando de acordo com as necessidades dos estudantes, o perfil do grupo/classe, as especificidades da disciplina, o trabalho do professor, dentre outras variáveis, podendo envolver: aulas expositivas dialogadas; utilização de recursos audiovisuais; leitura programada de textos; análise de situações-problema; esclarecimento de dúvidas e realização de atividades individuais, em grupo ou coletivas; aulas práticas em laboratório; projetos; pesquisas; trabalhos; seminários; debates; painéis de discussão; sociodramas; estudos de campo, estudos dirigidos e comparativos; tarefas extraclasse; orientação individualizada e em ambiente virtual de aprendizagem (Ex.: *Moodle/Classroom*).

O Planejamento do conteúdo e desenvolvimento da disciplina será anual, devendo ser reavaliado no início do segundo semestre. O professor planejará e reavaliará o desenvolvimento da disciplina, organizando a metodologia de cada aula/contéudo, de acordo com as especificidades do plano de ensino.

19. Avaliação da aprendizagem

Sob a ótica de Sant'Anna avaliação é:

“Um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático”.

(SANT'ANNA, 1998, p.29, 30)

Em 1993, Bloom constatou que a avaliação do processo ensino-aprendizagem apresenta três tipos de funções: diagnóstica (analítica), formativa (controladora) e somativa (classificatória). Para o autor, a avaliação diagnóstica (analítica) permite conhecer a realidade na qual o processo de ensino-aprendizagem vai acontecer, portanto, sendo aplicável no início do ano, momento em que o professor objetiva verificar o conhecimento prévio de cada aluno, tendo como finalidade constatar os pré-requisitos necessários de conhecimento ou habilidades imprescindíveis dos estudantes. Na avaliação formativa (controladora), analisa-se se o aluno domina gradativa e hierarquicamente cada etapa da aprendizagem, antes de avançar para outra etapa

subsequente de ensino-aprendizagem. Nessa avaliação, o aluno toma conhecimento dos seus erros e acertos e encontra estímulo para continuar os estudos de forma sistemática, além de permitir ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, auxiliando na reformulação do seu trabalho didático, visando aperfeiçoá-lo. E, finalmente, a avaliação somativa (classificatória) tem como função básica a classificação dos alunos de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, sendo realizada ao final de um curso ou unidade de ensino.

Para a LDB - Lei 9.394/96 - o processo de avaliação da aprendizagem deve ser paralela e contínua, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. A verificação do rendimento escolar constará da aferição do desempenho do aluno e aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. A avaliação será norteada pela concepção formativa, processual e contínua, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas.

Ao abordar avaliação da aprendizagem, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, refere-se à construção e à aplicação de procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos.

Ao professor propiciará o diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem e a oportunidade de analisar sua prática pedagógica e suas estratégias de ensino conforme as necessidades de seus alunos.

Com caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo as avaliações serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; relatórios; autoavaliação; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; participação em eventos culturais e pedagógicos; projetos interdisciplinares, entre outros.

19.1 Processo de Avaliação

A verificação do rendimento escolar fundamentará a avaliação do aproveitamento, expresso em notas e a apuração da assiduidade.

Independentemente da duração da jornada escolar, a seleção do conteúdo das avaliações é de autonomia do professor, porém as séries não poderão apresentar conteúdos muito diferentes entre si quanto ao prazo de cumprimento, pois, a cada final de semestre, os alunos poderão ser submetidos a um simulado contemplando o conteúdo do semestre, se não todo o conteúdo, ao menos 80% do proposto na

Formação Profissional e outras áreas da Estrutura Curricular.

Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor serão explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do Plano de Ensino da disciplina. Ao estudante, será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações, mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como etapa do processo de ensino e aprendizagem.

Os alunos deverão ser submetidos a três ou mais instrumentos de avaliação, tendo seu rendimento registrado em, pelo menos, dois momentos, meados e final de cada semestre.

A avaliação do aproveitamento será contínua e compreenderá o acompanhamento do processo de aprendizagem, devendo incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes situações, nos objetivos propostos, trabalhos e atividades individuais ou em grupos, no desempenho global, crescimento e envolvimento no processo de aprendizagem e, além dos avanços já conseguidos em termos de construção de conhecimentos relativos aos diferentes componentes curriculares, nas habilidades e nas atitudes desenvolvidas durante o período. A análise deve privilegiar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, indicando a possibilidade de prosseguimento de estudos. Portanto, caberá, como etapa final da avaliação do discente, a análise de seu rendimento global por área do conhecimento específico.

Em atendimento à LDB, considerar-se-á a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, assim como à BNCC (2018), que considera que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva, assumindo uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades.

19.2 Processo de Promoção

O processo de promoção na Educação Básica, segundo a LDB 9.394/96, Artigo 24, nos níveis fundamental e médio, será organizado de acordo com o inciso II, item a, por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola.

Considerar-se-á aprovado na respectiva disciplina, quanto à assiduidade e

aproveitamento e estudo de recuperação, se necessário, o aluno que obtiver:

- 12 (doze) pontos em cada componente curricular no final dos dois semestres, tendo a média de cada semestre peso 1, média aritmética igual ou superior a 6.0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) do total exigido de horas letivas.

- média final igual ou superior a 6.0 em cada área (Formação Profissional e Parte Diversificada Obrigatória) média das notas finais igual ou superior a 6.0 (seis).

- os estudantes com frequência global mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades e que não forem aprovados por média igual ou superior a 6.0 (seis) no componente curricular ou na avaliação global por área de conhecimento terão sua situação analisada pelo Conselho de Classe.

19.3 Processo de Recuperação

A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, Artigo 24, inciso V, item a, aborda a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Considera-se que a recuperação, integrada no processo regular de aprendizagem, tem por objetivo possibilitar ao aluno a superação de insuficiências verificadas em seu aproveitamento e será conduzida prioritariamente como orientação e acompanhamento do que o aluno aprendeu e o que precisa aprender. Será contínua e paralela no decorrer do ano letivo, conforme o desenvolvimento dos conteúdos pelos alunos, cujo aproveitamento seja considerado insuficiente, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Ficará sujeito à recuperação o estudante que obtiver, no componente curricular, nota final inferior a 6.0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades. Fica assegurada ao estudante a recuperação paralela das aprendizagens não alcançadas, que deverão ser trabalhadas, antecedendo a recuperação final, conforme previsão no plano de ensino do professor.

A nota da avaliação de recuperação final deverá compor a soma de doze pontos totais quando adicionada a média final. Caso a soma das notas (média final + recuperação) seja superior a doze pontos, o aluno ficará com a média 6.

Se a nota de recuperação do aluno for inferior à nota já alcançada, o aluno permanecerá com a média já obtida.

Será submetido a julgamento de Conselho de Classe o aluno que obtiver, após os estudos e avaliações de recuperação, nota abaixo da mínima estabelecida para aprovação.

19.4 Retenção

Será retido, mesmo após estudos de recuperação, o aluno que obtiver:

- frequência inferior a 75% (setenta e cinco) em qualquer dos componentes curriculares, ou inferior a 75% (setenta e cinco) do total da área de conhecimento, qualquer que seja a média de aproveitamento;
- média inferior a 6.0 (seis), independentemente da frequência maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento), em pelo menos uma área do conhecimento;
- média final inferior a 6.0 (seis) e frequência inferior a 75% (setenta e cinco) em uma das áreas de conhecimento, após análise do Conselho de Classe.

20. Trancamento

O aluno que estiver impossibilitado de frequentar o curso no ano letivo, por motivo de doença grave, ausência temporária do país para participar de intercâmbio cultural ou impedimento de força maior devidamente comprovado, e desejar reservar sua vaga para o próximo ano, deve dirigir-se à Secretaria Acadêmica para solicitar o “trancamento” da matrícula, com anuência expressa dos pais ou responsáveis, o que será analisado pelo Conselho Diretor. O requerente deverá frequentar normalmente as aulas enquanto aguarda a decisão final do Conselho.

O Regimento Escolar não permite trancamento a alunos da 1ª série, com ressalva à aprovação do Conselho Diretor após análise do caso.

21. Conselho de Classe

Em 1971, foram instituídos no Brasil os Conselhos de Classe pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional publicada no mesmo ano (Lei 5.692/71), ambos refletiam o autoritarismo característico da sociedade da época. Porém, com a Constituição de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1996 (Lei 9.397/96), foi assegurado a todos o direito à educação sem discriminação e de forma mais democrática, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e à preparação para o exercício da cidadania. O Conselho de Classe teve suas funções redefinidas perante a comunidade escolar e sua função passou a ser a de avaliar a eficácia da ação pedagógica e não apenas verificar notas ou problemas disciplinares dos alunos.

Dessa forma, o Conselho de Classe terá a finalidade de avaliar o aluno integralmente em relação à aquisição de conhecimentos, atitudes, valores, habilidades sociais e psicomotoras; em relação ao processo educativo, visando atingir os objetivos da educação, especificamente o rendimento do aluno e da turma; o cancelamento ou o impedimento de renovação de matrícula de alunos com problemas disciplinares consolidados por registros realizados no sistema acadêmico, durante o ano letivo.

O Conselho de Classe, órgão consultivo e deliberativo, deverá atender ao disposto no Regimento Escolar e, entre as suas funções, deverá acompanhar o rendimento escolar de uma determinada série ou classe, em caráter individual, procedendo a sua constante avaliação, incentivo, aconselhamento e julgamento ao final do ano letivo; analisar os problemas da classe como um todo e os referentes a diferenças individuais dos alunos; proceder à avaliação global dos alunos com vistas à recuperação contínua e paralela e à promoção ou retenção no final do ano letivo e propor medidas que contribuam para a eficiência do processo educativo.

O Conselho de Classe ocorrerá em dois momentos, no primeiro e no segundo semestre. No primeiro semestre, será feita a análise da turma, identificando progressos, detectando dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, propondo alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas. No segundo semestre, a análise constituirá do entendimento geral do rendimento e frequência globais dos alunos.

O Serviço de Orientação Educacional - SOE - informará aos pais sobre as alternativas didático-pedagógicas, planos de estudos e monitorias que o aluno deverá realizar para sanar suas dificuldades e aprimorar suas habilidades e capacidades pedagógicas.

22. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade escolar de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à área de formação profissional do educando. Corrobora com o processo de ensino-aprendizagem, sendo importante elo entre a teoria e a prática, propiciando diferentes demandas da prática profissional.

O TCC é optativo e tem duração de 180 horas. O(a) aluno(a) que optar por seu desenvolvimento terá sua carga horária acrescida à regular e obrigatória em seu Histórico Escolar. Seu desenvolvimento dar-se-á na série final do curso, a fim de aprofundar os conhecimentos adquiridos em sala de aula e desenvolver as atividades propostas de forma satisfatória para o aprendiz.

Sua realização envolve o desenvolvimento e domínio de forma consolidada e aprofundada de um tema/assunto (pertencente à estrutura curricular do curso) escolhido pelo(a) aluno(a) em convergência com o(a) professor(a) orientador(a). Para tanto, é necessária a elaboração de um trabalho acadêmico teórico sob orientação de um(a) professor(a). O modelo do trabalho e outras informações necessárias estão disponíveis no site do COTIL.

Ao término do TCC, o(a) aluno(a) fará uma apresentação do trabalho para uma

banca examinadora para sua aprovação.

23. Estágio supervisionado

O estágio é ato escolar supervisionado que proporciona ao aluno uma integração ao mundo do trabalho e visa ao desenvolvimento dos componentes curriculares e ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Deverá atender à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e ao disposto no Regimento Escolar.

O estágio supervisionado é optativo e tem duração mínima de 360 horas, não podendo exceder a jornada de 6 horas diárias e 30 horas semanais. O(a) aluno(a) que optar por seu desenvolvimento terá sua carga horária acrescida à regular e obrigatória em seu Histórico Escolar.

O(A) aluno(a) poderá iniciar o estágio supervisionado a partir da segunda série do curso, em instituições públicas ou privadas. Recomenda-se sua realização na série final, a fim de aprofundar os conhecimentos adquiridos em sala de aula e desenvolver as atividades propostas de forma satisfatória para a parte concedente e para o aprendizado. Para seu desenvolvimento, é necessário celebrar Convênio de Concessão de Estágio, com Termo de Compromisso e Plano de Atividades. Os modelos dessas e de outras documentações necessárias estão disponíveis no site do COTIL. Agentes intervenientes também poderão celebrar convênios de estágio.

O aluno que comprovar exercer ocupação idêntica àquela a que se refere o curso, poderá, em casos específicos, ter computado o tempo de trabalho para efeito de estágio.

Ao término do estágio, o(a) aluno(a) preencherá o relatório final e o encaminhará ao Colégio para sua aprovação.

24. Projeto integrador

O projeto integrador é uma prática pedagógica de interdisciplinaridade que concatena os assuntos e conteúdos abordados em sala de aula durante o curso. Possibilita relacionar a teoria e a prática profissional por meio de desenvolvimento de projetos que atendam a demanda e ao interesse da comunidade local. Além disso, permite estimular as competências requeridas pelo mercado de trabalho, dentre elas: visão sistêmica, criatividade, proatividade, resolução de problemas e trabalho em equipe. Sua realização é orientada por um(a) professor(a), com a colaboração de todos os professores do curso.

As diretrizes e orientações do projeto integrador e outras informações necessárias para sua realização estão disponíveis no site do COTIL.

Ao término das aulas, os(as) alunos(as) farão uma apresentação do projeto para uma banca examinadora para sua aprovação.

25. Critérios de aproveitamento de estudos

A LDB (Lei nº 9.394/96) no artigo 24, inciso V, item d, aborda a possibilidade de verificação do rendimento escolar a partir do aproveitamento de estudos concluídos com êxito. Terá direito a requerê-lo aqueles que estiverem em conformidade, ainda, com o artigo 39, parágrafo segundo, item II, quanto ao tipo de formação de Educação Profissional Técnica de nível médio.

Será considerado o aproveitamento de estudos dos componentes curriculares já cursados com aprovação, nos Colégios Técnicos da UNICAMP – COTIL e COTUCA - ou instituição congênere, desde que dentro do mesmo nível de ensino, observando os pressupostos legais, como a LDB e as Normas Institucionais.

26. Dispensa de disciplina

É permitido pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispensa na disciplina de Educação Física aos discentes, nos casos abaixo relacionados (§3º do art. 26):

- cumprir jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- ser maior de trinta anos de idade;
- estar prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- estar amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções congênitas ou adquiridas;
- ter prole (filho).

A solicitação deve ser feita à Direção Acadêmica, no ato da matrícula ou quando o aluno atender a um dos itens acima, através de protocolo de dispensa de disciplina preenchido na Secretaria Acadêmica da unidade com os documentos comprobatórios.

27. Atividades de pesquisa

As atividades de pesquisa desenvolvidas no Colégio vão ao encontro da política de estímulo à pesquisa, implementada pela Pró-Reitora de Pesquisa da UNICAMP – PRP. Nossos professores proporcionam aos alunos interessados um primeiro contato com a ciência por meio da orientação de projetos de Iniciação Científica Júnior. O COTIL também oferece, anualmente, Oficina de Escrita Científica, para auxiliar os alunos a desenvolverem temas atuais relevantes com as técnicas de investigação científica disponíveis.

Além disso, a PRP oferece para os alunos dos colégios técnicos dois programas de pesquisa:

- Ciência e Arte na Férias – CAF: realizado anualmente no mês de janeiro, tendo como objetivo despertar jovens talentos para a pesquisa científica e atividades artísticas e envolvê-los, desde cedo, em atividades práticas em que haja contato com os desafios atuais da ciência, a metodologia do trabalho científico, o ambiente humano dos laboratórios de Pesquisa e as diferentes formas de expressão artística.

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM: proporciona aos estudantes do Ensino Médio a oportunidade de desenvolver atividades de Iniciação de Pesquisa Científica, sob a orientação de professores e pesquisadores desta Universidade.

Assim como a PRP, a Agência de Inovação da UNICAMP - INOVA - também proporciona uma oportunidade aos alunos do Colégio:

- Inova Jovem: competição anual de empreendedorismo destinada aos alunos do Ensino Médio e Técnico para capacitá-los nas metodologias de *Design Thinking*, *Lean Canvas* e *Pitch*, propondo inovações ou criando novos negócios de impacto.

28. Atividades de extensão

As práticas de extensão cumprem o papel de conduzir a Universidade a atividades interdisciplinares, educacionais, culturais, científicas e políticas, promovendo a interação e a transformação de todos os agentes envolvidos e, assim, desenvolvendo a sua essência para com a sociedade. Portanto, as atividades de extensão são um importante ponto de conexão da Universidade com a comunidade, que, dentro do conceito de educação continuada, atendem a um perfil heterogêneo de pessoas.

Na Universidade, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC - é o órgão responsável pela idealização, promoção e desenvolvimento da Extensão e Cultura, cabendo à Escola de Extensão da UNICAMP – EXTECAMP a coordenação, supervisão, organização e divulgação dos cursos de extensão.

No âmbito do Colégio, essas atividades são de responsabilidade de seu Coordenador de Extensão. Os professores recebem incentivo e apoio para desenvolverem cursos, práticas e atividades extensionistas que atendam às necessidades e às demandas da sociedade.

29. Internacionalização

Criado em 2014, o Programa de Internacionalização da UNICAMP contempla, desde seu início, a internacionalização dos Colégios Técnicos. Editais são lançados anualmente pela DERI – Diretoria Executiva de Relações Internacionais com o objetivo

de promover a cooperação acadêmico-científica internacional, dando oportunidade para docentes, acompanhados por um grupo de alunos, realizarem visitas técnicas a instituições fora do país. Os editais divulgados pela DERI também contemplam os funcionários do Colégio.

Além dos editais de internacionalização, a Universidade, em parceria com a *Beijing Jiaotong University* e a Sede do Instituto Confúcio na China, oferece aos alunos da graduação e do Colégio cursos de língua e cultura chinesa (Mandarim).

30. Apoio ao discente

O apoio ao discente tem como objetivo principal fornecer o acompanhamento e os instrumentais necessários para o(a) aluno(a) iniciar e prosseguir seus estudos.

Na área acadêmica, o COTIL oferece o Serviço de Orientação Educacional – SOE (previsto no Regimento Escolar), para assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo em atenção não apenas à qualidade do ensino, mas também à qualidade de vida de nossos alunos. Dentre os serviços oferecidos, destaca-se a orientação dos alunos em cooperação com os professores, a família e a comunidade; acompanhamento escolar alinhado aos interesses, aptidões e habilidades do educando e encaminhamento à especialistas quando exigirem assistência especial; participação no processo de avaliação e recuperação dos alunos, sugerindo medidas ou estratégias que facilitem a obtenção de resultados positivos; atendimento aos pais e alunos para esclarecimentos relativos ao processo de orientação destes e participação das reuniões de Conselho de Classe, subsidiando o trabalho dos professores.

Na área da saúde, a Coordenadoria de Serviços Sociais – CSS/CECOM (órgão responsável pelo planejamento e execução das ações de promoção e prevenção, assistência e reabilitação da saúde, direcionadas à comunidade da Universidade) oferece atendimento ambulatorial gratuito aos seus alunos, funcionários docentes e não docentes em diversas especialidades médicas, Saúde Mental, Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem e Odontologia. O Ambulatório Médico-Odontológico no *campus* I em Limeira foi criado em 1986, e atualmente realiza atendimento médico, odontológico e de enfermagem. Além disso, desenvolve atividades de prevenção às doenças: campanhas e bloqueios de vacinação, palestras de saúde em geral, orientações de saúde aos alunos ingressantes, acompanhamento dos casos de vigilância epidemiológica e treinamento em Primeiro Socorros. O CECOM também oferece atendimento terapêutico aos alunos dos Colégios pelo Laboratório do Adolescente, com psicólogo e médicos psiquiátricos residentes, para tratar dos problemas relacionados à adolescência.

31. Avaliação do curso

A UNICAMP realiza, tradicionalmente, a Avaliação Institucional da Universidade e de suas unidades. A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário – PRDU atua diretamente neste processo contínuo e permanente, que analisa de forma global e integrada as atividades, estruturas, relações, compromisso social, finalidades e responsabilidades sociais da instituição e de seus cursos. A avaliação é articulada com o ciclo de Gestão Estratégica da Universidade e desenvolvida por comissões interna e externa.

32. Ações inclusivas

É assegurado, no Colégio, um sistema educacional inclusivo, com igualdade de oportunidades educacionais para todos. Ações são realizadas desde o Exame de Seleção até a conclusão do curso pelos alunos. Os professores recebem orientações individuais de procedimento com alunos que apresentam documentos comprobatórios da condição diferenciada, como relatórios, laudos, e avaliações neuropsicológicas, ou envolvidos em questões sociais e emocionais relevantes. O acompanhamento do desempenho do discente é realizado pela equipe do SOE.

Além disso, a Universidade oferece diversos tipos de bolsas-auxílio para facilitar a permanência dos alunos nos cursos; no Colégio, são oferecidas a Bolsa Auxílio Social, a Bolsa Alimentação e a Bolsa Transporte.

33. Equipe de trabalho

33.1 Departamento de Informática

O Departamento, menor unidade administrativa, didática e de ensino do COTIL, resulta na união harmônica das atividades afins e é responsável pelo desenvolvimento dos programas de ensino necessários ao cumprimento do curso pelo qual é responsável, e prestação de serviços à comunidade, dentro de sua competência.

Chefe do Departamento de Informática: Profa. Elaine Joia Carvalho Brito. Especialista em Análise de Sistemas - UNIMEP, Especialista em Processo Ensino-Aprendizagem e Direito Educacional - Faculdades Claretianas e Bacharel em Ciência da Computação - EEP. É professora no Departamento de Informática desde 1996 e foi professora de Matemática de 1992 até 1995 na rede particular de ensino.

Vice-chefe do Departamento de Informática: Profa. Priscila Keli de Lima Pinto Frizzarin. Especialista em Tecnologia da Informação - UNIMEP, Especialista em Psicopedagogia - UNISAL, Licenciada em Pedagogia - CLARETIANAS e Bacharel em Ciência da Computação. Leciona no COTIL/UNICAMP desde 2002 e atuou como chefe

do departamento de informática de junho de 2006 a janeiro de 2011. Foi professora em cursos de extensão oferecidos pela escola de extensão da UNICAMP em 2005 e 2006. Também lecionou na Faculdade Anhanguera em 2008, e em 2012 ministrou aulas no curso de especialização também na Faculdade Anhanguera.

33.1.1 Docentes da Formação Profissional

Nome do(a) professor(a)	Titulação
Elaine Joia Carvalho Brito	<p>Graduação: Ciência da Computação - Escola de Engenharia de Piracicaba</p> <p>Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Análise de Sistemas - UNIMEP</p> <p>Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> - O Processo Ensino Aprendizagem: Uma Fundamentação Filosófico-Antropológica e Técnico-Pedagógica - Faculdades Claretianas</p> <p>Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Direito Educacional no Processo Ensino Aprendizagem - Faculdades Claretianas</p>
José Alberto Matioli	<p>Graduação: Curso Superior de Tecnologia - Modalidade Saneamento - CESET</p> <p>Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Análise de Sistemas - UNIMEP</p> <p>Mestrado: Tecnologia e Inovação - Faculdade de Tecnologia - UNICAMP (em andamento)</p>
Luiz Rodolfo Barreto da Silva	<p>Graduação: Bacharel em Sistemas de Informação - UNISAL</p> <p>Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Engenharia e Administração de Sistemas de Banco de Dados - UNICAMP</p> <p>Mestrado: Gestão de Redes de Telecomunicações - PUCAMP</p>
Priscila Keli de Lima Pinto Frizarin	<p>Graduação: Bacharel em Ciência da Computação - UNIMEP</p> <p>Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Tecnologia da Informação - UNIMEP</p> <p>Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Psicopedagogia - UNISAL</p> <p>Graduação: Pedagogia - Centro Universitário Claretiano - CEUCLAR</p>

Rosana Ribeiro	<p>Técnico: Edificações - COTIL</p> <p>Graduação: Ciências da Computação - USP - São Carlos</p> <p>Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Engenharia de Software - UNICAMP</p> <p>Especialização Técnica: em Sistemas da Qualidade - Curso de Extensão do COTIL/UNICAMP</p>
Simone Berbert Rodrigues Dapólito	<p>Técnico: Processamento de Dados - COTIL</p> <p>Graduação: Tecnologia em Processamento de Dados - FATEC / Americana</p> <p>Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Engenharia de Software - UNIMEP</p> <p>Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Gestão do Trabalho Pedagógico - FACINTER</p> <p>Mestrado: Aluna especial do programa de Mestrado em Tecnologia - Tópicos em Computação: Visualização de Informação - FT/UNICAMP (em andamento)</p>
Tânia Basso	<p>Técnico: Processamento de Dados - COTIL</p> <p>Graduação: Tecnologia em Informática - Faculdade de Tecnologia - FT/UNICAMP</p> <p>Mestrado: <i>strictu sensu</i> na área de Engenharia da Computação - Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação - FEEC/UNICAMP</p> <p>Doutorado: <i>strictu sensu</i> na área de Engenharia da Computação - Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação - FEEC/UNICAMP</p> <p>Pós-Doutorado 1: Faculdade de Tecnologia - FT/UNICAMP (jan 2016 - dez 2017)</p> <p>Pós-Doutorado 2: Faculdade de Tecnologia - FT/UNICAMP (jan 2018 - dez 2019 - em andamento)</p>

33.1.2 Docentes da Parte Diversificada Obrigatória

Nome do(a) professor(a)	Titulação
Alda Maria Rossi	<p>Graduação: Licenciatura em Letras - PUC</p> <p>Graduação: Pedagogia - UNINTER</p> <p>Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Psicopedagogia - ISCA</p>

André Albino de Almeida	Graduação: Bacharelado em Filosofia - UNICAMP Graduação: Licenciatura em Filosofia - UNICAMP Graduação: Bacharelado em Letras - UNICAMP Graduação: Licenciatura em Letras - UNICAMP Mestrado: Linguística - UNICAMP Doutorado: Educação - UNICAMP
Regiane Ap. Emiliano Potenza	Graduação: Letras - Licenciatura com Habilitação Português/Inglês - Universidade Metodista de São Paulo Graduação: Pedagogia - Licenciatura Plena - Centro Universitário Claretiano Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Ensino de Português, Literatura e Redação - Centro Universitário Claretiano Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> para Docentes em Língua Inglesa - UNESP Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> - Curso de Formação Específica: Língua Inglesa - Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores "Paulo Renato Costa Souza" Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira - UNINTER
Rosa Maria Boccia Ragonha	Graduação: Licenciatura em Letras - UNIMEP Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Docência Universitária: Métodos e Técnicas - UNASP

33.2 Corpo técnico-administrativo

Servidor	Função
Aline Serpeloni Aleixo Ferreira	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Ângela Ap. de Alcântara Fachinelli	PAEPE - Profissional Apoio Técnico de Serviços
Ângela Rosa Locateli de Godoy	PAEPE - Profissional da Tecnologia Informação e Comunicação
Claudinei Gomes da Silva	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Daniel Rogério Alves	PAEPE - Profissional Apoio Técnico de Serviços
Dorothi Aparecida Macedo Venancio	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Edmilson Fernando Honório	PAEPE - Tecnólogo
Jane Valery Guerreiro Benazzi	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
José Mateus Ucelli	PAEPE - Profissional da Tecnologia Informação e Comunicação
Gabriela Signorelli	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos

Grazieli de Souza Lima	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Lívia Salvador Basso	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Luciano Mucini	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Luis Fernando Chang de Oliveira	PAEPE - Tecnólogo
Maria Luisa Motta	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Paulo Aparecido Cintra	PAEPE - Profissional da Arte, Cultura e Comunicação
Rafael Rossi Adam	PAEPE - Profissional da Arte, Cultura e Comunicação
Renan Vinícius Meyer	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Sílvia Helena Covais	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Telma Rocha	PAEPE - Profissional da Tecnologia Informação e Comunicação
Vera Lúcia Ferreira da Silva Pereira	PAEPE - Profissional Apoio Técnico de Serviços
William Roberto de Paiva	PAEPE - Profissional da Tecnologia Informação e Comunicação

34. Instalações e equipamentos

Todas as salas de aula, assim como todos os laboratórios, são modernamente equipados para desenvolvimento das aulas e da prática profissional, possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades através de um processo de ensino-aprendizagem focado em situações-problema. Além disso, a UNICAMP oferece o acesso à rede *wi-fi* dentro das dependências do Colégio e da Universidade. São realizados constantes investimentos em infraestrutura e equipamentos para melhor atenderem às demandas e necessidades dos cursos.

34.1 Infraestrutura física

Instalações em uso	Quantidade De Salas	Área construída (m ²)
Administração e/ou de apoio	08	500
Ambulatório médico-odontológico	01	210
Anfiteatro	01	150
Arquivo permanente	01	21
Banheiros	12	105
Campo de futebol	01	2000
Departamentos	07	147
Diretoria	05	217
Laboratórios de Informática	02	127,99

Laboratório de Enfermagem	01	111,36
Laboratório de Microbiologia	01	28,2
Laboratório de Exatas (Química, Física, Biologia e Matemática)	01	143,33
Laboratório de Produção Mecânica	01	283,25
Laboratório de Metrologia e Ensaio	01	86,57
Laboratório de Automação e Controle	01	60
Laboratório de Informática Aplicada	01	85,21
Laboratório de Informática - CAD (Departamento de Mecânica)	01	88,29
Laboratório de Desenho I (Departamento de Mecânica)	01	88,20
Laboratório de Desenho II (Departamento de Construção Civil e Geomática)	01	85,28
Laboratório de Informática - CAD (Departamento de Construção Civil e Geomática)	01	95,89
Laboratório de Topografia	01	14,94
Sala de aula	19	1500
Sala de convivência	01	45
Sala de Multimeios	01	30
Sala de tecnologia, informação e comunicação	01	60
Secretaria acadêmica	01	42
Posto de apoio institucional	01	21
Serviço de orientação educacional	01	42
Quadra poliesportiva	02	650
Quadra de areia	02	300
Vestiário	02	42
Cantina	01	300
Biblioteca	01	335

34.2 Laboratórios

34.2.1 Laboratório do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas

O Departamento de Informática trabalha, atualmente, com três laboratórios (Laboratório de Informática I, Laboratório de Informática II e Laboratório de Informática Aplicada).

Softwares instalados nos laboratórios de Informática I e II		
Adobe Reader	Git	Office 365
AndroidStudio	HeidiSQL	Openproj
Arduino	Inkscape	Pascalzim
Astha	Jdk	Photoscape
BlueJ	Jre	PHPStorm
BrModelo	LibreOffice	Putty

Chrome	MS Access 2000	Python
CodeBlocks	Mozilla	Scratch
Dia	MS SQL Server Express	Sublime
Docker Windows	MS SQL Server Management Studio	VisualParadigm
Dopdf	mysql-workbench	7Zip
Debian com Docker	netbeans TomCat Glassfish	Visual Studio Code
Gimp	Node	Visual Studio Community

Softwares instalados no laboratório de Informática Aplicada		
Adobe Reader	Google Crome	Scratch
Arduino	LibreOffice	Sublime
Autocad 2018 LT	MS Access 2000	Visual Paradigm
BlueJ	Openproj 6.0.4	VLC 2.2.4
BrModelo	PascalZim	Windows Movie Maker 9.3
CodeBlocks	Pinguim	7Zip
Dopdf 8.8.9	Putty	
Git	PhotoScape 3.7	

35. Biblioteca

A Biblioteca do COTIL foi criada em 1969. A partir de 1991, houve a junção da Biblioteca do COTIL com a Biblioteca da FT (criada em 1989), instituindo a Biblioteca Unificada FT/CTL, que faz parte do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP – SBU (constituído pelo Órgão Colegiado, Coordenadoria do SBU, 29 Bibliotecas e Comissões de Bibliotecas). Ocupa o atual prédio desde 1999, com uma área de 335m², e tem como objetivo oferecer informações técnico-científicas como suporte aos programas de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, possui em seu acervo físico, quase 19 mil itens, entre livros, revistas, periódicos etc. Aberta ao público nos períodos diurno e noturno, também oferece acesso a salas de estudo e computadores conectados à internet.

36. Acessibilidade

A Universidade atua fortemente em melhorias de acessibilidade em seus *campi*. Atualmente, trabalha em projetos resultantes de um estudo que identificou os pontos críticos de acessibilidade, as demandas de regularizações e os planos de requalificação estrutural de prédios, calçadas, praças e espaços de convívio universitário. Sua visão de futuro envolve um espaço universitário acessível, inclusivo e seguro.

O *campus* I da UNICAMP, em Limeira, possui adaptações físicas para deficientes, como vagas reservadas no estacionamento e rampas de acesso, e passa por constantes melhorias.

Além da acessibilidade física, a Biblioteca Central César Lattes, no *campus* de

Barão Geraldo, oferece um Laboratório de Acessibilidade com serviços especializados de tecnologias de informação e comunicação que viabilizam a inclusão de pessoas com necessidades especiais na vida acadêmica.

37. Referências Bibliográficas

ALVES, W. L. U. *A História da Educação no Brasil: da Descoberta à Lei de Diretrizes e Bases de 1996*. 2009. 93 p. Monografia (Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Metodologia do Ensino Superior) - UNISALESIANO, Lins, SP, 2009.

BLOOM, BS, HASTINGS, T, MADDAUS, G. *Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar*. São Paulo: Pioneira, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2001*. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

ECONODATA – *Plataforma de Pospecção, 2019*. <https://econodata.com.br/>. Data de acesso: 01 de maio de 2019.

FUNDAÇÃO SEADE – *Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2019*. <https://www.insper.edu.br/biblioteca-telles/recursos-de-busca/seade/>. Data de acesso: 15 de maio de 2019.

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos*. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

38. Modelos de Certificados e Diplomas

O COTIL emitirá diploma e certificado de conclusão aos alunos concluintes, com a organização curricular e respectivas cargas horárias impressas no verso do documento. O modelo será o utilizado no Colégio para curso técnico integrado ao ensino médio.